

série

estudos de política industrial e comércio exterior

Nº 5

A ESTRUTURA DO EMPREGO INDUSTRIAL
NO BRASIL E A RECESSÃO DOS ANOS 80

João L.M. Saboia *

Ricardo de M.L. Tolipan *

Planejamento Econômico e Social

-Instituto de Pesquisas

PROGRAMA DE ESTUDOS SOBRE POLÍTICAS INDUSTRIAL E DE COMÉRCIO EXTERIOR

Criado em 1983, o Programa de Estudos sobre Políticas Industrial e de Comércio Exterior, coordenado pelo IPEA/INPES, tem por objetivo ampliar o conhecimento sobre os efeitos das mencionadas políticas e fornecer subsídios para sua formulação. Suas diretrizes são fixadas por um grupo no qual estão representados, além do IPEA, o BIRD, a CACEX, o CDI e a SEPLAN e suas atividades contam com a colaboração de outras instituições governamentais.

A série Estudos de Política Industrial e Comércio Exterior - EPICO - divulga os trabalhos realizados sob os auspícios do Programa. As opiniões neles emitidas são de inteira e exclusiva responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista das instituições participantes do Programa.

Nº 5

A ESTRUTURA DO EMPREGO INDUSTRIAL
NO BRASIL E A RECESSÃO DOS ANOS 80

João L.M. Saboia *

Ricardo de M.L. Tolipan *

* Do Instituto de Economia Industrial/UFRJ

IPEA/INPES

Rio de Janeiro

Janeiro - 1986

Tiragem: 300 exemplares

Instituto de Pesquisas do IPEA
Instituto de Planejamento Econômico e Social
Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 13º/17º and.
20020 Rio de Janeiro - RJ
Tel. (021) 210-2423

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
1. A DISCUSSÃO SOBRE A QUESTÃO NO BRASIL	5
1.1. Introdução	5
1.2. 1a. Fase: Industrialização e Absorção de Mão-de-Obra	8
1.3. 2a. Fase: A Controvérsia sobre a Distribuição	14
1.4. 3a. Fase: Desemprego Conjuntural	21
1.5. Observações finais	24
2. A SITUAÇÃO EM 1980	26
2.1. Emprego	26
2.2. Rotatividade	30
2.3. Remuneração	33
3. MODIFICAÇÕES DURANTE A RECESSÃO	39
3.1. A Redução do Emprego	39
3.2. Transformações nas Características dos Trabalhadores	44
3.3. A Queda na Rotatividade da Mão-de-Obra	47
3.4. O Comportamento da Remuneração	50

LISTA DE TABELAS

	Pag.
Tabela 1 - Empregos, admissões, desligamentos, vínculos e estabelecimentos Indústria - Brasil - 1980/1983	55
Tabela 2 - Emprego por ramo da indústria Brasil - 1980/1983	56
Tabela 3 - Estabelecimentos por ramo da indústria Brasil - 1980/1983	57
Tabela 4 - Emprego por faixa etária Indústria - Brasil - 1980/1983	58
Tabela 5 - Emprego por grau de instrução Indústria - Brasil - 1980/1983	59
Tabela 6 - Taxas de admissão, desligamento e vínculos, tempo médio dos empregados e dos desligados Indústria - Brasil - 1980/1983	60
Tabela 7 - Rescisões e suas causas Indústria - Brasil - 1980/1983	61
Tabela 8 - Remuneração média por ramo da indústria Brasil - 1980/1983	62

A ESTRUTURA DO MERCADO INDUSTRIAL NO BRASIL
E A RECESSÃO DOS ANOS 80

João L.M. Saboia

Ricardo de M.L. Tolipan

APRESENTAÇÃO

Entre 1980 e 1983 o país enfrentou um ciclo recessivo sem precedentes, resultante da política econômica utilizada pelo governo para combater os desequilíbrios externos. Tradicionalmente acostumada a apresentar altas taxas de crescimento, a economia brasileira encontrou sérias dificuldades para enfrentar esta nova situação. Uma das questões que passou a fazer parte da discussão do dia-a-dia, inclusive presente nas primeiras páginas dos jornais, foi o desemprego.

A crise se deu através de dois choques. Inicialmente, em 1981, quando o governo tomou as primeiras medidas recessivas, ainda na fase anterior à renegociação da dívida externa. Naquele ano o Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu 1,6%, sendo que a indústria apresentou um recuo de 5,5%. No final de 1982, houve uma deterioração

ração das contas externas do país, induzindo o governo a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Como consequência das negociações com o FMI foi provocado um segundo choque recessivo em 1983, quando o PIB baixou 3,2% e a indústria 6,8%.

A questão do desemprego, que já estava presente deste 1981, tornou-se ainda mais grave com o aprofundamento da recessão. O PIB per capita diminuiu 10,6% entre 1980 e 1983. Houve, portanto, um empobrecimento generalizado da população, especialmente naqueles segmentos mais afetados pela recessão. Um dos setores privilegiados para a análise da crise é a indústria. Embora alguns de seus ramos tenham apresentado crescimento no período, como no caso da indústria extrativa mineral e de utilidade pública, a maioria sofreu uma grande queda. O conjunto da indústria de transformação, por exemplo, mostrou uma redução de 12,2% na produção entre 1980 e 1983. A indústria de construção civil recuou 18,5%.

Propomos, neste trabalho, analisar as principais transformações ocorridas no mercado formal de trabalho da indústria durante a crise. O mercado formal é entendido aqui como sendo constituído pelos trabalhadores com carteira assinada. A fonte básica de dados é a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A justificativa para a utilização da RAIS com o objetivo acima constituído

EPICO, 5/86

tuído pelos trabalhadores com carteira assinada. A fonte básica de dados é a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A justificativa para a utilização da RAIS com o objetivo acima constitui-se em estudo à parte, fazendo parte de nosso trabalho (Anexo 3).

Na primeira seção é feita uma discussão sobre a literatura recente que trata da questão do emprego industrial. Apesar do intenso debate sobre o tema nos últimos quinze anos, as análises sobre o emprego industrial estiveram mais voltadas para vertentes distintas da enfocada em nosso trabalho.

Na segunda seção discutiremos o quadro geral do mercado de trabalho industrial anterior à crise, i.e. em 1980, centrando a análise em três questões principais: o emprego propriamente dito, a rotatividade e a remuneração da mão-de-obra. Para efeito de apresentação são considerados os 21 gêneros da indústria de transformação a dois dígitos e as indústrias de extração e de tratamento.

Na terceira seção é feita uma análise das principais transformações ocorridas no mercado de trabalho industrial durante o período 1981/1983, ou seja, durante os três anos de recessão mais intensa. O ano de 1985 foi deixado à margem, não apenas devido

à não disponibilidade de seus dados, mas também por ter apresentado um comportamento diferenciado, tendo havido, inclusive, uma certa recuperação no nível de emprego.

São ainda apresentados três anexos. O primeiro contém uma seleção de tabelas com dados da RAIS para 1980. O segundo apresenta as mesmas tabelas para 1983. Finalmente, no terceiro anexo, é apresentado um texto justificando a utilização dos dados da RAIS.

1. A DISCUSSÃO SOBRE A QUESTÃO NO BRASIL*

1.1 - Introdução

Os estudos brasileiros na área de economia do trabalho nos últimos quinze anos tem tratado do tema emprego industrial de forma variada, através de diversas abordagens teóricas e metodológicas e enfatizando características distintas do problema. Embora seja um tópico que tem sido objeto de intenso debate neste período, o tema emprego industrial não tem sido analisado na literatura brasileira de forma estanque, estando sempre ligado ou até subordinado, por um lado, às discussões sobre determinação de salários e distribuição de renda e por outro ao debate sobre os rumos da política econômica e do desenvolvimento do país.

Neste trabalho fazemos uma taxonomia dos principais estudos relacionados à problemática do emprego industrial nas décadas de 70 e 80. Esta taxonomia se desdobra de maneira geral em três "fases" cronológicas, nas quais dividimos o período. Cada uma dessas fases é marcada pelo aparecimento de algum trabalho marcante e/ou pelo início de uma controvérsia importante. É possível identificar para cada uma destas fases um tipo de questão que delimita o terreno do debate, e também certas abordagens metodológicas e um referencial analítico "típicos". Estas fases são evidentemente superpostas, em pelo menos dois sentidos importantes. Em primeiro lugar porque o aparecimento de novas questões de forma alguma

*Esta Seção contou com a colaboração, na leitura e redação final, de Franklin Serrano, do Programa de Mestrado do IEE-UFRJ e, na organização do material de leitura, do aluno Marco Antonio Maciel, da FEA-UFRJ.

fecha o debate sobre as questões da fase anterior, e em segundo lugar porque o próprio desenvolvimento do debate numa fase condiciona e contribui para a própria definição de qual será a ques-tão básica da fase posterior. Deve ser notada também a forte as-sociação entre o debate acadêmico predominante em cla fase e os temas típicos das discussões, na sociedade, sobre as questões mais amplas ligadas a relação entre o desenvolvimento econômico e bem-estar social.

Esta literatura pode sinteticamente ser periodizada como na figura abaixo. O quadro distingue as fases por suas características temáticas e teórico-metodológicas, estabelecendo seus limites cronológicos a partir de trabalhos marcantes de autores nacionais.

Tema	I Absorção de mão-de-obra e industrialização	II Controvérsia sobre distribuição	III Desemprego conjuntural
Periodização aproximada	70-73	73-81	81-85
Trabalhos típicos	Bacha Mata Modenesi (1972)	Langoni (1973) P.V.da Cunha(1979)	Prado e Kadota (1982)

Na primeira fase, logo no início da década de 70, predominna o debate sobre a absorção de mão-de-obra na indústria, que surge da constatação de que a experiência de industrialização brasileira tinha sido incapaz de absorver os contingentes crescentes de população urbana. A controvérsia gira em torno das causas desete desempenho considerado insatisfatório e sobre as possíveis me

didadas que poderiam ser adotadas para adequar as técnicas produtivas à dotação de fatores de nossa economia.

Na fase seguinte, o tema emprego industrial é tratado de forma secundária, como subproduto da controvérsia sobre distribuição de renda iniciada a partir da publicação dos resultados do censo de 1970 que mostravam um aumento de concentração da renda na década de 60. Nesta fase o debate se baseia em interpretações alternativas deste processo de concentração, que se referem a distintas visões sobre a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho.

Finalmente, já no início da década de oitenta com a economia brasileira em recessão, a questão do emprego industrial volta a ocupar o centro das atenções dos estudos em economia do trabalho. Entretanto, nesta terceira fase, ao contrário da primeira, a preocupação não é mais com o desemprego estrutural e sim com o desemprego conjuntural ou keynesiano causado pelas políticas contractionistas adotadas pelo governo para "ajustar" as contas externas. Os trabalhos nesta fase buscam avaliar o custo social destas políticas e discutem medidas alternativas que possam pelo menos atenuar o impacto do ajustamento externo sobre o mercado de trabalho.

Nosso trabalho, nas três seções subsequentes, analisa de forma sucinta as principais características e posições adotadas em cada uma destas três fases do debate acadêmico brasileiro sobre economia do trabalho, no que diz respeito ao problema do emprego industrial, e termina com uma breve seção de observações finais.

1.2 - 1ª Fase - Industrialização e Absorção de Mão-de-obra.

É bastante antigo o debate sobre absorção de mão-de-obra e industrialização tardia na América Latina. A incapacidade do setor industrial das economias de industrialização recente de absorver os crescentes contingentes de mão-de-obra urbana, a despeito de suas elevadas taxas de crescimento do produto, tem sido apontada como o principal fracasso da política de industrialização por substituição de importações. Este debate girava em torno das questões de heterogeneidade estrutural, dependência tecnológica, distribuição desigual da renda e da propriedade, etc. (1)

Este debate, no entanto, foi bastante modificado por alguns trabalhos que surgiram no início da década de 70. O impacto principal destes trabalhos foi a total "neoclassização" do antigo debate sobre absorção de mão-de-obra, ao menos na literatura sobre economia do trabalho. Esta "neoclassização" ocorreu tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico. Do ponto de vista teórico a aceitação acrítica da função de produção neoclássica modificou os rumos do antigo, rico, variado e multidisciplinar "Approach" sobre emprego e industrialização, circunscrevendo e limitando os termos da discussão a meras diferenças de opinião sobre o formato e continuidade das isoquantas e a certas características e/ou distorções da fronteira de preços de fatores. Do ponto de vista metodológico, esta fase é marcada pela utilização intensa de estimativas econométricas das funções de demanda de mão-de-obra, o que põe no centro do debate uma discussão empírica do problema. (2)

(1) Sobre a visão da CEPAL e o processo de substituição de importações ver Mello (1982).

(2) Em nossa opinião o relatório de Bacha, Mata e Modenesi (1972), bem como os comentários de outros técnicos do IPEA publicados no mesmo livro, é o trabalho que caracteriza bem esta fase.

Desta maneira o debate teórico desta fase foi reduzido, uma vez constatada a existência de um vasto excedente de mão-de-obra, a tentativa de explicá-lo através das três únicas causas possíveis num modelo neoclássico para a existência de uma subutilização da mão-de-obra, a saber: distorções nos preços de fatores, rigidez na escolha das técnicas e/ou composição inadequada da estrutura de demanda.

Entre os economistas que enfatizavam a importância das distorções no mercado de fatores existem duas visões principais. A primeira é a dos que acham que estas distorções são causadas pela vasta constelação de impostos, subsídios e encargos trabalhistas que teria a característica de dissociar o custo privado dos fatores de produção de seu custo social (medido geralmente por sua produtividade marginal, ou seja sua contribuição ao produto). Desta forma a conjugação de uma série de incentivos fiscais e creditícios ao uso do capital somados ao crescente peso dos encargos trabalhistas, que são cobrados sobre a folha de salários das empresas, estariam distorcendo os custos dos fatores para os empresários que assim estariam sendo estimulados a adotar técnicas excessivamente intensivas em capital em detrimento do crescimento do emprego. ⁽³⁾ A segunda visão é a chamada visão dualista, inspirada no modelo de Harris-Todaro. Estes autores atribuem também o desemprego à distorção nos preços dos fatores, mas apontam como causa desta distorção níveis excessivamente elevados de salários (acima da produtividade marginal) que vigoram no setor urbano moderno da economia, causados por uma série de imperfeições no mercado de trabalho e principalmente pela legislação do salário

(3) Ver Bacha, Mata e Modenesi (1972), Bacha (1972), Mata (1973).

mínimo. Este último é visto como determinado em geral por governos populistas que buscam não desagradar os interesses dos sindicatos, mesmo em prejuízo da classe trabalhadora como um todo. (4)

Alguma espécie de rigidez no processo de escolha das técnicas, no entanto, é a explicação mais difundida para o fenômeno do desemprego estrutural. Nesta linha, temos os autores que consideram impossível qualquer escolha, uma vez que as técnicas são importadas de países com dotação de fatores completamente distintas da nossa. Para estes autores às vezes chamados de "deterministas tecnológicos" a intensidade de capital das técnicas utilizadas nos países do terceiro mundo é um dado inteiramente exógeno (5) e que desta forma variações nos preços dos fatores são incapazes de fazer variar o nível de utilização da mão-de-obra.

Outros autores são menos radicais e acreditam que, apesar de tudo, alguma substituição é possível mas crêem que esta margem ou é muito pequena (baixa elasticidade de substituição) ou que haja um número pequeno (finito) de opções tecnológicas possíveis, o que no primeiro caso tornaria necessário grandes modificações nos preços dos fatores para uma pequena alteração em sua utilização; ou no segundo caso, tornaria a utilização dos fatores inteiramente insensíveis a pequenas variações em seus custos (isoquantas descontínuas). Desta forma para estes autores seria injustificado o otimismo de Bacha et alii. (1972), que propunham como medida para ampliar sensivelmente o emprego reformas na incidência dos encargos

(4) Os trabalhos principais nesta linha são Simonsen (1974), Tolosa (1975) e Souza (1976).

(5) Um trabalho com esta postura é o de Erber (1972).

trabalhistas sobre o custo de produção e diminuição dos subsídios ao capital pois estas medidas alterariam muito pouco os preços dos fatores e teriam pouco ou nenhum efeito sobre o emprego. (6)

Outros trabalhos levaram em conta que o progresso técnico quase sempre está incorporado nas novas máquinas e que portanto a função de produção é do tipo "putty-clay" isto é, é possível alguma escolha da intensidade de fatores na hora de escolher novos equipamentos, mas uma vez instalados estes equipamentos não é mais possível nenhuma substituição. Levando em conta que as tecnologias são importadas de países ricos e portanto tem uma tendência geral a serem cada vez mais intensivas em capital, com possibilidades limitadas de substituição (descontinuidades), segue-se a conclusão que a absorção de mão-de-obra pode ser acelerada ou diminuída, respectivamente, diminuindo-se ou ampliando a velocidade de reposição de equipamentos. (7)

A terceira causa possível de uma baixa absorção de mão-de-obra poderia ser atribuída a um efeito composição em que a demanda se desloque preferencialmente para setores cujas técnicas são intrinsecamente capital-intensivas por motivos tecnológicos. A idéia seria de que a demanda de mão-de-obra é essencialmente uma demanda derivada e se as preferências dos consumidores se alteram via alguma espécie de efeito demonstração, no qual os consumidores brasileiros buscam imitar padrões de consumo semelhantes aos con-

(6) Esta parece ser a postura geral adotada pelos técnicos do IPEA que discutiram o trabalho de Bacha, Mata e Modenesi (1972). Ver no livro citado o apêndice "Debates".

(7) Este modelo é uma adaptação dos modelos de "Safras" de Hahn e Mathews e Salter. O trabalho brasileiro que defende este tipo de modelo é o de Versiani (1972).

sumidores dos países desenvolvidos, isto pode ser prejudicial ao crescimento do emprego.

Embora as diversas posições teóricas já estivessem estabelecidas no início da década de 70, o debate econométrico continuou mesmo depois que o tema saiu da agenda principal de discussão na área de economia de trabalho. Foram dois os principais desdobramentos econométricos do debate. De um lado surgiram trabalhos que procuraram aperfeiçoar as estimativas de Bacha et alii, incorporando explicitamente as funções de oferta de mão-de-obra, de modo a garantir a identificação do coeficiente relativo aos salários nas funções estimadas como a verdadeira elasticidade da demanda por mão-de-obra. Estes trabalhos, em geral, confirmaram as relativamente altas elasticidades do emprego em relação ao custo de mão-de-obra (em torno de 0.4) e chegam a conclusões otimistas quanto a possibilidade de substituição de fatores ⁽⁸⁾.

Por outro lado, surgiram trabalhos, principalmente os estudos do professor Roberto Macedo, da USP ⁽⁹⁾, que questionam a validade dos resultados obtidos pelas estimativas econométricas anteriores. Além de fazer uma série de críticas econométricas específicas, Macedo mostrou que é possível uma interpretação completamente distinta da correlação negativa entre salário e emprego, que aponta para uma relação de causalidade oposta à interpretação convencional.

Nestes trabalhos, Macedo mostra que as estatísticas de salá

(8) Ver Santos (1976) e Withaker e Schuh (1977).

(9) Ver Macedo (1975, 1976 e 1978).

rio médio tendem a subir durante as recessões, mesmo que o custo salarial unitário caia. Isto porque, em geral, são demitidos primeiro os trabalhadores não-qualificados que ganham menos. Desta forma é a queda no emprego que aumenta o salário médio, e não o salário médio alto que leva o emprego a cair. (10) Seria portanto errado interpretar a correlação negativa entre emprego e salário real médio como indicador da existência de possibilidade de substituição de capital por trabalho. Para este autor esta elasticidade, por motivos tecnológicos, deve ser praticamente nula, principalmente em prazos curtos.

Toda esta controvérsia, apesar de ter gerado alguns trabalhos interessantes, de uma forma geral avançou muito pouco em relação ao estudo do tema. O problema principal subjacente a praticamente todos os trabalhos desta fase é a aceitação acrítica da função agregada de produção neoclássica ou (o que dá no mesmo) de funções de produção setoriais de equilíbrio parcial, que são depois agregadas para o cálculo da elasticidade de substituição "média" da economia. Isto é de certa forma surpreendente pois desde meados da década de 60 surgiu um certo consenso em torno do que se considera o principal resultado da chamada controvérsia de Cambridge; isto é, o fato de que não é possível, mesmo num modelo teórico de apenas dois setores, determinar a taxa de lucro como produto marginal do capital e muito menos definir a intensidade de capital dos setores de forma independente da própria distribuição de renda. (11) Estas limitações da base analítica sobre a qual se cons-

(10) A estatística de salário-médio seria portanto um mau indicador do custo real de mão-de-obra.

(11) A referência padrão é Marcourt (1972).

truiu o debate, invalidam todo o esforço feito para aperfeiçoar as estimativas econométricas. O modelo da função de produção agregativa é (reconhecidamente) logicamente inconsistente e neste ponto a econometria evidentemente não pode ajudar. (12)

1.3 - 2a. Fase - A Controvérsia sobre a Distribuição

A partir de meados da década de 70 até o início da década de oitenta o grosso da literatura brasileira sobre economia do trabalho e boa parte do total da produção acadêmica sobre a economia se concentrou na análise do problema da distribuição de renda. A controvérsia foi deflagrada a partir da constatação, pelos trabalhos de Fishlow, usando dados do censo de 1970, da crescente desigualdade gerada ao longo do processo de crescimento acelerado iniciado em 1968. A publicação do livro de Langoni (1973) de fato constitui a reação oficiosa aos resultados de Fishlow. O intenso debate que se seguiu (13) absorveu completamente as atenções dos analistas do mercado de trabalho e a questão principal deixou de ser a absorção de mão-de-obra passando a ser a determinação dos salários e a distribuição de renda.

Este debate por sua vez se desdobrou em dois. De um lado desenvolveu-se uma discussão sobre a estrutura do mercado de trabalho no qual eram abordadas as interpretações da teoria do capital humano versus teoria de mercados segmentados, onde estava em jogo

(12) A não ser que o analista tenha "fé". Sobre esta fé ver Robinson (1978).

(13) Sobre o debate ver Tinelli e Tolipan (1978).

a interpretação oficiosa da deterioração da distribuição de renda. De outro lado surgiu uma intensa polêmica sobre os determinantes da taxa de salário dos trabalhadores não qualificados no qual interpretações neoclássicas lewisianas e estruturalistas discutiam o papel representado pelo salário mínimo e pela política salarial no processo de concentração de renda, papel este que fundava a base das interpretações críticas deste processo. Do ponto de vista de nossa temática, a primeira controvérsia desta fase, a saber, a questão sobre a estrutura do mercado de trabalho é relevante pois é ao longo desta que se desenvolvem, ainda que de forma preliminar e com total ênfase na questão dos salários, a aplicação da noção de mercados de trabalhos segmentados no contexto da indústria brasileira. A segunda questão, sobre taxas de salários, também nos fornece subsídios úteis, ainda que em menor medida, principalmente no que diz respeito as interligações entre a estrutura do emprego industrial formal com o setor informal e com o mercado de trabalho rural.

A interpretação oficiosa do processo de concentração está baseada na teoria do capital humano. A idéia é que o processo de crescimento acelerado teria aumentado a demanda por trabalhadores qualificados mais rápido do que seria possível ampliar a oferta surgindo portanto quase-rendas nas faixas mais qualificadas ⁽¹⁴⁾. Esta interpretação está baseada na idéia de que a estrutura de salários em equilíbrio de longo prazo seria proporcional aos diferenciais de produtividade, diferenciais estes causados pelas diferentes dotações de capital humano (habilidade, experiência e educação formal dos indivíduos.

(14) Ver Langoni (1973), Branco (1979), Morley e Willianson (1975).

Diversas críticas foram feitas a esta abordagem, tanto a nível empírico quanto teórico⁽¹⁵⁾. Entre estas, as que são mais relevantes para a nossa temática são as que dizem respeito a importância de uma série de variáveis estruturais e institucionais na determinação da estrutura de salários. Estes críticos enfatizam que os principais determinantes dos salários relativos são características do emprego ocupado, como por exemplo, o tamanho da empresa (que influencia sua estrutura de cargos e salários) e setor onde esta opera, o poder de mercado da firma, etc, e não apenas variáveis que refletem características pessoais do empregado⁽¹⁶⁾.

Poucos destes trabalhos, no entanto, trataram detalhadamente da estrutura do emprego industrial, principalmente por falta de evidências empíricas sobre salários discriminados por ocupações. Entre estes poderíamos citar os três principais: o de Bacha (1978), Considera (1980) e o de Morley et alii (1977). O trabalho pioneiro de Bacha defende a hipótese de que a determinação dos salários dos gerentes, administradores e parte dos técnicos de nível superior está ligada à rentabilidade das empresas enquanto os salários dos trabalhadores ligados a funções operacionais seriam determinados em grande parte pela política salarial e de salário mínimo. O trabalho de Considera enfatiza outra segmentação importante no mercado de trabalho, ou seja, a distinção entre mercados internos e externos de trabalho⁽¹⁷⁾. Este autor defende a idéia de que os cargos externos seriam atingidos pelo comportamento geral

(15) As principais críticas a esta visão estão em Tinelli e Tolipan (1978).

(16) Ver Bonelli e Cunha (1978), Souza e Tavares (1981), Cunha e Souza (1982) e Cunha (1979).

(17) Para uma análise detalhada do conceito de mercados internos ver Doeringer e Piore (1971).

do mercado de trabalho e pela política de salários do Governo, en quanto os cargos internos teriam seus salários determinados por regras internas à empresas sendo pouco afetados pelas condições do mercado. Desta forma Considera explica a abertura do leque salarial durante o "milagre brasileiro" através da queda dos salários externos (pelo arrocho salarial) e do crescimento relativo dos salários dos cargos internos (que seriam positivamente afetados pelo crescimento acelerado das grandes empresas).

O terceiro trabalho, de Morley et alii (1977), é, talvez, o mais interessante do ponto de vista desta pesquisa.

A partir de uma excelente amostra de firmas paulistas os autores testam uma série de hipóteses relevantes para o estudo da segmentação do mercado de trabalho e concluem: a) que a estrutura do mercado de trabalho industrial formal no Brasil pode ser descrita por uma classificação quádrupla (interno-externo, gerencial-operacional) a que nos referimos acima e b) que interpretações sobre o alargamento dos diferenciais do salário como as de Bacha (1978) são consistentes com os mecanismos que regem a determinação da estrutura de cargos e salários das empresas.⁽¹⁸⁾

Quanto a segunda controvérsia,⁽¹⁹⁾ sobre determinação dos salários dos trabalhadores não-qualificados e o papel do salário mínimo é possível identificar três visões alternativas: a neoclássica,⁽²⁰⁾ a lewisiana⁽²¹⁾ e a estruturalista-institucionalista.⁽²²⁾

(18) O único senão do artigo de Morley et alii (1977) é a insistência dos autores de expressar certos argumentos, por si só bastante convincentes, em termos de relação entre salários pagos e produtividade marginal do empregado para a firma, o que pressupõe uma hipótese discutível de que é possível, numa organização complexa e interdependente como uma firma, separarmos a "contribuição" à sua operação de um dos seus empregados.

(19) Ver Cunha (1983), Drobny e Wells (1982) e Camargo (1984).

(20) Ver Langoni (1973), Branco (1979) e Morley e Willianson (1975).

(21) Ver Macedo (1981), Macedo e Garcia (1980).

(22) Ver Souza e Tavares (1981), Souza (1981) e Baltar e Souza (1979).

Para os neoclássicos o salário é determinado pela produtividade marginal dos trabalhadores logo um salário mínimo real abaixo desta produtividade marginal não tem nenhum efeito, enquanto um salário mínimo fixado acima da produtividade, se for respeitado, terá como consequência principal uma queda no emprego. Como no período do "milagre" o salário mínimo era baixo e estava caindo, estes autores tendem a considerar que o salário mínimo tem um peso muito pequeno (e que tende a ser progressivamente menor) na determinação dos salários na economia brasileira.

Os autores "lewisianos" adotam outra linha de argumentação que chega, porém, mais ou menos às mesmas conclusões. A idéia central destes é a de que os salários dos trabalhadores não qualificados são mantidos, em condições de excesso estrutural de mão-de-obra, a um nível mínimo de subsistência. Este nível de subsistência nem sempre é bem especificado mas uma determinante possível deste nível seria a produtividade da pequena propriedade agrícola informal. Desta forma, se o salário mínimo real está (ou cai) muito abaixo deste nível, este passa a não ter o menor efeito sobre as taxas do salário dos trabalhadores não-qualificados. Assim estes autores também acreditam numa pequena e decrescente importância do salário mínimo.

A terceira visão chega a conclusões bastante diferentes. Sua proposição central é de que a taxa de salários é determinada endogenamente pelo núcleo realmente capitalista (ou formal) da economia, através da correlação de forças opostas de trabalhadores e capitalistas. No caso brasileiro estes autores sugerem que este conflito, devido a razões históricas e institucionais (CET, salá
EPICO, 5/86

rio mínimo, política salarial) tem sido mediado pelo Estado. Nos anos posteriores ao golpe militar de 64 o Estado teve como objetivo explícito controlar inteiramente o processo de barganha salarial de forma a permitir uma redução acentuada nos salários reais. Este controle se deu não apenas através da fixação de reajustes do salário mínimo abaixo da inflação, mas também pela imposição de uma política salarial compulsória e pela perseguição política dos sindicatos dos trabalhadores. Isto teria levado a que a redução do salário mínimo tivesse um impacto extremamente forte sobre as taxas de salários dos trabalhadores não-qualificados. Para estes autores o salário mínimo é o salário base a partir do qual se dá, em condições políticas mais abertas, o processo de barganha salarial, sendo uma dos "preços" macroeconômicos básicos da economia. A (pequena) diminuição da proporção de trabalhadores que ganham salários próximos ao mínimo, ao longo da década de 70, não deve ser vista portanto como uma perda de importância do salário mínimo e sim como consequência do fato de que houve um certo relaxamento na repressão política que permitiu que os sindicatos voltassem à barganha com mais liberdade, conseguindo para si uma parcela dos ganhos de produtividade, o que antes era impossível devido à ação governamental.

De nosso ponto de vista, a visão estruturalista é mais interessante pois além de levar em conta os determinantes institucionais e políticos do processo de barganha salarial, enfatiza a predominância ou independência do setor industrial urbano formal também no que diz respeito ao nível de emprego que para estes autores é dado basicamente pelo nível de demanda efetiva. A teoria neoclássica nos parece pouco interessante por vários motivos. Em pri-

meiro lugar a relação inversa entre salário real e emprego postulado por estes teóricos tem pouca fundamentação empírica e uma base teórica bastante frágil (ver seção 2). Em segundo lugar ela tende a minimizar os elementos institucionais e estruturais do mercado de trabalho, tratando a questão da determinação dos salários como resultado de decisões individuais. Finalmente em terceiro lugar esta teoria não capta corretamente as especificidades dos segmentos formal e informal dos mercados de trabalho e as diferentes formas de organização de cada um destes segmentos⁽²³⁾.

A visão lewisiana não aponta para a relação inversa entre salário e emprego, nem deixa de tratar de alguma forma a relação entre o setor formal e informal, e a sua deficiência básica está apenas na idéia de que é a produtividade fora do núcleo capitalista formal que determina em última instância a taxa de salários. Esta é uma hipótese implausível no caso brasileiro pois no caso do setor informal rural, a elevada concentração de terras e as dificuldades crescentes de acesso a terra tornam inviável pensarmos num setor de produtores independentes produzindo sua subsistência que possa ter algum peso na economia. Já o setor informal urbano é, no caso brasileiro inteiramente subordinado ao setor capitalista que lhe gera demanda, que limita sua liberdade de fixar preços⁽²⁴⁾, periodicamente lhe envia contingentes excedentes de mão-de-obra e, o fato mais importante para garantir a subordinação, lhe vende os produtos necessários à reprodução e subsistência dos próprios trabalhadores informais.

(23) Para uma excelente análise destas questões ver Cunha (1979).

(24) Ver Camargo (1984).

Vimos ao longo desta seção que esta segunda fase do debate sobre mercado de trabalho foi bastante rica pois nela se abriu o conjunto de opções teóricas e metodológicas e é a partir dela que se desenvolveram bastante as bases das interpretações estruturalistas. A questão do emprego no entanto, salvo as exceções citadas, não foram devidamente enfatizadas em parte pela preocupação quase que exclusiva com a distribuição de renda mas também pelas dificuldades de obtenção de dados. Neste sentido esperamos que um estudo como o nosso seja útil para um posterior desenvolvimento desta visão teórica.

1.4 - 3a. Fase - Desemprego Conjuntural

No início da década de 80, a economia brasileira entra na mais profunda recessão de sua história e o debate acadêmico sobre economia do trabalho se volta novamente para a questão do emprego industrial. Entretanto, ao contrário do que ocorrera na primeira fase, a preocupação central não é mais com o problema da escolha das técnicas e o desemprego estrutural, e sim com o desemprego conjuntural (ou "keynesiano") causado pelas políticas contracionistas do governo. Os trabalhos desta fase tem em comum a preocupação de demonstrar o elevado custo social das políticas de estabilização vigentes e, em geral, discutem propostas de política econômica e/ou reformas institucionais que permitam atenuar o impacto social deste processo de ajustamento da economia.

Existem duas características marcantes dos trabalhos desta fase. De um lado, nota-se, em geral, pouco ou nenhum apelo a con

ceitos discutíveis como a função de produção neoclássica, por exemplo, conceito que foi intensamente utilizado na primeira fase. Na realidade, os trabalhos desta fase tem uma preocupação mais conjuntural, não enfatizando argumentos com grande elaboração teórica. Por outro lado, outra característica marcante dos trabalhos desta fase é o consenso quase que total no que diz respeito às causas dos elevados níveis de desemprego observados no setor industrial durante a recessão. Praticamente todos os analistas concordam que a elevação da taxa de desemprego aberto foi causada pela queda nos níveis de dispêndio agregado, ocasionado pelas políticas monetárias e fiscais restritivas. Isto ocorreu em boa parte porque, num período no qual a desaceleração do ritmo de acumulação de capital diminui a taxa de crescimento da produtividade e no qual a recessão e os decretos salariais do governo puxam os salários reais para baixo, não é possível atribuir o grande aumento do desemprego nem a uma escolha das técnicas inadequada (pois as técnicas não estão variando), nem muito menos a um salário real acima do de equilíbrio (pois os salários estão caindo). Outro fator importante para este relativo consenso parece ser uma maior difusão de idéias "keynesianas" (ou heterodoxas) entre os economistas acadêmicos da área de economia do trabalho, o que pode ser atribuído, ao menos em parte, ao grande debate teórico da segunda fase que permitiu a consolidação e o desenvolvimento das posições heterodoxas.

Os trabalhos mais significativos desta terceira fase podem ser por sua vez classificados em dois grandes grupos. O primeiro grupo seria caracterizado por trabalhos menos técnicos, escritos numa linguagem acessível a um público maior: estes artigos tem em EPICO, 5/86

comum uma preocupação descritiva, dentro da qual buscam avaliar o custo social em termos de geração de emprego das políticas de estabilização em vigor. Além disto, como vimos acima, quase todos os autores mostram que o desemprego atual é causado diretamente pela política econômica do governo, políticas estas, em geral, vistas como inadequadas. Entretanto, dada a enorme dificuldade política implicada em tentar rever radicalmente o programa governamental, os autores destes trabalhos buscam propor alternativas de política econômica, como criação de frentes de trabalho, realocação dos gastos públicos para setores de tecnologia intensivas em mão-de-obra, ou reformas institucionais com mudanças na legislação trabalhista (CLT) que garantam uma maior estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho e a montagem de um esquema de seguro-desemprego. Todos estes esquemas são vistos como "paliativos" diante da "impossibilidade" de reativação do gasto governamental, mas poderiam melhorar substancialmente a situação da classe trabalhadora, impedindo que esta arcasse com todos os custos sociais da política recessiva. (25)

O outro grupo de trabalhos típicos desta fase tem uma abordagem mais técnica. Tratam-se de trabalhos quantitativos que procuram mensurar o impacto potencial de diferentes políticas de gastos públicos sobre a geração de empregos. Estas pesquisas se utilizam de matrizes insumo-produto para estimar os multiplicadores de emprego, tanto no conceito keynesiano (multiplicadores de con-

(25) Os principais trabalhos deste grupo são os de Lago (1983a), Macedo (1983), Salm (1983), Serra (1983) e Souza (1983a e 1983b). Os trabalhos de Bonelli (1982), Camargo (1983) e Lago (1983b) fazem uma abordagem semelhante mas estão mais preocupados com os desdobramentos do problema do emprego num prazo mais longo.

sumo) quanto no conceito de Leontief (multiplicadores de demanda inter-industrial). O objetivo destes exercícios é fornecer subsídios que orientem políticas com:as de reorientação de gastos públicos propostas pelos trabalhos do primeiro grupo. A conclusão mais interessante destes estudos é a de que o gasto público (incluindo o setor produtivo estatal) é responsável direta ou indiretamente por mais de 50% da geração de empregos no setor formal da economia. Isto, por um lado, confirma a responsabilidade do governo pelos atuais níveis de desemprego e, por outro lado, mostra que uma política de gasto governamental explicitamente voltada para a absorção de mão-de-obra teria grande impacto positivo sobre o mercado de trabalho (26)

1.5 - Observações finais

Vimos ao longo desta seção que a literatura que trata do tema emprego industrial o tem feito de várias formas. A abordagem teórica adotada neste estudo, segue de perto a visão estruturalista, embora nosso estudo tenha características distintas das de trabalhos anteriores. Resta explicitar os motivos que nortearam a mudança de perspectiva.

O motivo para a rejeição da abordagem que predominou na primeira fase é bastante simples e foi aludido no texto. Simplesmente não aceitamos análises empíricas detalhadas baseadas em modelos teóricos logicamente inconsistentes. Quanto à segunda fase, deve ter também ficado claro no texto que, no que diz respeito a es

(26) Os trabalhos representativos deste grupo são de Cunha (1982), Prado e Kadota (1982) e Prado (1982).

trutura de salários, preferimos a abordagem dos mercados segmentados à teoria do capital humano; e que, entre as teorias neoclássicas, lewisiana e "estruturalista-institucionalista" sobre a taxa de salários, preferimos coerentemente a última. No entanto, a ênfase dos trabalhos já publicados sobre este tema é quase que exclusivamente na questão da determinação dos salários e não no problema do emprego. Já quanto a terceira fase, a grande diferença da abordagem aqui utilizada é que estamos mais preocupados em qualificar e quantificar os aspectos sociais da relação de emprego, e não tanto com a relação mais "técnica" entre níveis de produção e demanda de mão-de-obra. Estamos, portanto, mais interessados nas características dos cargos e dos trabalhadores que os ocupam e não com a relação entre estes cargos e os componentes da demanda efetiva.

Estas observações não devem, de forma alguma, ser vistas como críticas tanto aos trabalhos da teoria da segmentação e da visão estruturalista da segunda fase, como também aos trabalhos quantitativos da terceira fase. A diferença de abordagem aqui se torna necessária, única e exclusivamente, por termos interesse em enfocar questões diferentes, e portanto nossa abordagem deve ser vista como complementar e não alternativa a estes estudos.

2 - A SITUAÇÃO EM 1980

2.1 - Emprego

O quadro do emprego industrial mostrava, em 1980, uma grande concentração em alguns poucos ramos. A indústria de construção absorvia quase um milhão dos 6,3 milhões de empregos industriais levantados pela RAIS. Outros ramos apresentavam também uma elevada capacidade na geração de emprego. Entre eles podemos citar a metalurgia, produtos alimentares, têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, mecânica e material de transporte. Os sete ramos mencionados eram responsáveis por mais de 60% do emprego industrial em 1980. Naquele ano foram registrados cerca de 153 mil estabelecimentos, cujo tamanho médio variava entre um mínimo de 16 empregados por estabelecimento nos ramos de madeira e mobiliário até 146 empregados por estabelecimento em material de transporte.

O emprego industrial encontrava-se concentrado em São Paulo, representando 45% do total. Seguia-se a região Sul com 18% do emprego. São Paulo destacava-se também com uma elevada participação nos estabelecimentos industriais. A enorme importância industrial de São Paulo pode ser constatada analisando-se os diversos ramos. Em apenas quatro casos sua participação não era majoritária. Em seis ramos São Paulo era responsável por mais da metade do emprego do respectivo ramo, atingindo 62,7% em produtos de matérias plásticas e 64,1% em material elétrico e de comunicação.

Os estabelecimentos industriais são em sua maioria de pe-

queno porte. Assim, 43,5% possuíam, em 1980, 4 empregados ou menos, enquanto 61,1% apresentavam menos de 10 empregados. Apenas 1,6% possuíam 500 ou mais empregados, entre os quais, 835 estabelecimentos com 1.000 ou mais empregados. Em termos de emprego, entretanto, a participação dos grandes estabelecimentos é bastante elevada. Enquanto os estabelecimentos com menos de 10 empregados eram responsáveis por menos de 5% do emprego, aqueles com 1.000 ou mais empregados representavam quase 30% e aqueles com 250 ou mais empregados 57% do emprego industrial. Estes dados vão contra as afirmativas bastante difundidas sobre a grande importância da geração de emprego pelas pequenas empresas. Pelo menos no setor formal da indústria este não é o caso, como atestam os dados da RAIS.

Os comentários acima são válidos para quase todos os ramos industriais. O caso extremo é representado por material de transporte e utilidade pública, onde mais de 60% do emprego localizava-se nos estabelecimentos com 1.000 ou mais empregados. Existem, entretanto, exceções, que correspondem a alguns poucos ramos da chamada indústria tradicional. Assim, quase metade do emprego em madeira correspondia a estabelecimentos com menos de 50 empregados em 1980. Por outro lado, pouco menos de 60% do emprego no ramo de mobiliário era encontrado em estabelecimentos com menos de 100 empregados. Finalmente, mais de 60% do emprego em ouros, peles e produtos similares, vestuário, calçados e artefatos de tecidos e editorial e gráfica localizava-se nos estabelecimentos com menos de 250 empregados.

Mais de dois terços do emprego industrial levantado em 1980 correspondia a trabalhadores da produção industrial, operadores

de máquinas e condutores de veículos. Os trabalhadores de serviços administrativos representavam cerca de 11%, enquanto os trabalhadores da profissão científica, técnica e artística, limitavam-se a apenas 5%. Ocorrem importantes diferenciais entre os diversos ramos. Enquanto pouco mais de 40% do emprego em produtos farmacêuticos e veterinários e na indústria de utilidade pública correspondia a trabalhadores diretamente ligados à produção, na têxtil ele atingia quase 80%. Os trabalhadores da profissão científica, técnica e artística variavam entre 1% em madeira, mobiliário e vestuário, calçados e artefatos de tecidos e 18% na indústria de utilidade pública.

Os trabalhadores na indústria são majoritariamente do sexo masculino. Pouco mais de 20% do emprego, em 1980, cabia ao sexo feminino. Sua participação, entretanto, era considerável em alguns ramos. Em vestuário, calçados e artefatos de tecidos ela atingia 66,7%. Na indústria têxtil as mulheres ocupavam 46,7% e em fumo 43,4% do emprego. Em outros seis ramos a participação feminina fixava-se entre 30 e 40%. O emprego feminino é mínimo na construção e extração e tratamento de minerais, tendo se fixado em torno de 5% em 1980. Nota-se, assim, uma certa segmentação do emprego industrial segundo o sexo, cabendo às mulheres os empregos oferecidos em determinados ramos da indústria, ou ainda aqueles de caráter administrativo ou técnico.

O grau de instrução dos trabalhadores industriais é relativamente baixo. Por sinal, esta não é uma característica apenas da indústria, mas também dos outros setores econômicos. Mais de 60% dos empregos na indústria eram ocupados por trabalhadores com no

máximo o curso primário completo e apenas 2,9% com o curso superior completo. Em 1980, havia 5,2% de trabalhadores analfabetos. O nível de instrução apresenta importantes diferenciais, dependendo do ramo industrial considerado. Em alguns casos, ele é extremamente baixo, como, por exemplo, na indústria de construção, onde 55,8% dos empregos eram ocupados por trabalhadores analfabetos ou com o primário incompleto. Situação semelhante é encontrada em produtos alimentares, madeira e extração e tratamento de minerais, onde mais de 40% dos trabalhadores não possuíam sequer o curso primário completo. Em outros, a situação é bem mais favorável. Este é o caso, por exemplo, da indústria de utilidade pública, onde mais de 10% dos trabalhadores possuíam, em 1980, o curso superior completo, e apenas 15% não possuem o primário completo. O grau de instrução é também relativamente elevado nos ramos de química e produtos farmacêuticos e veterinários. Pode-se, portanto, afirmar que apesar do baixo grau de instrução encontrado para os trabalhadores industriais, existe uma certa hierarquização no nível de qualificação (instrução) da mão-de-obra, que depende das características produtivas de cada ramo industrial.

A maioria dos trabalhadores na indústria são jovens. Cerca de 10% possuíam 18 anos ou menos e 60% até 30 anos. Aqui também não se trata de uma característica apenas da indústria, refletindo a pirâmide populacional do país. Ocorrem algumas pequenas diferenças ao considerar-se os distintos ramos industriais, que não modificam o quadro geral. Apenas 5,8% dos trabalhadores possuíam mais de 50 anos.

2.2 - Rotatividade

A rotatividade da mão-de-obra mostrava-se extremamente elevada. Em 1980, houve 4,5 milhões de admissões e 4,2 milhões de desligamentos, par um total de quase 6,3 milhões de empregos. O número de vínculos empregatícios atingiu 10,5 milhões ao longo do ano. A rotatividade pode ser melhor visualizada através de determinadas taxas. Assim, a taxa de admissão atingiu 0,74, a taxa de desligamento 0,69 e a taxa de vínculos 1,72⁽¹⁾. Pode-se, portanto, afirmar, que houve 72% a mais do que o vínculo estritamente necessário para a manutenção do emprego médio observado naquele ano.

Existe uma enorme diferenciação na rotatividade dos diversos ramos industriais. A situação mostrava-se mais favorável na indústria de utilidade pública, onde a taxa de vínculos não ultrapassava 1,14. A rotatividade era apenas moderada na química, produtos farmacêuticos e veterinários, e em material de transportes. Nos três casos, trata-se de ramos modernos da indústria. A maior parte dos ramos industriais apresentava taxas de vínculos na faixa 1,5/1,7. O caso extremo era representado pelas indústrias de fumo e construção, cujas taxas atingiam 2,22 e 2,66 respectivamente.

A indústria de construção merece um comentário à parte. Das suas características específicas, onde predominam trabalhadores com baixo nível de qualificação e atividades sazonais, seria realmente de se esperar uma rotatividade elevada da mão-de-obra. Os níveis atingidos, entretanto, são surpreendentes. Sua taxa de vínculos representa uma situação em que cada emprego existente na

indústria de construção foi ocupado por quase três trabalhadores distintos ao longo de 1980.⁽²⁾

Uma vez identificadas as altas taxas de rotatividade, não é de se estranhar que 38,5% dos trabalhadores na indústria possuissem menos de 1 ano no mesmo emprego e 56,9% menos de 2 anos. Apenas 5,0% estavam há 12 anos ou mais no mesmo emprego. Na quase totalidade dos ramos industriais a maioria dos trabalhadores estão no mesmo emprego há pouco tempo. A exceção é representada pela indústria de utilidade pública, onde apenas a quarta parte dos empregos estava ocupada por um mesmo trabalhador há menos de 2 anos e 30% há mais de 8 anos. A situação mais desfavorável era encontrada na indústria de construção, onde 63,6% dos empregados possuíam menos de 1 ano e 79,1% menos de 2 anos no mesmo emprego. Não resta dúvida que a situação relativamente privilegiada dos trabalhadores na indústria de utilidade pública deve-se ao fato de que a maioria das empresas deste segmento industrial são estatais ou de economia mista, que se regem por parâmetros distintos daqueles que predominam no setor privado.

O tempo médio no mesmo serviço para aqueles que continuavam empregados no final de 1980 era próximo a 3 anos, enquanto para aqueles desligados ao longo de 1980 era pouco superior a 1 ano. Na indústria de construção os empregados desligados possuíam em média apenas 8 meses no mesmo serviço, enquanto aqueles que permaneciam no emprego no final do ano tinham em média 18 meses. Apenas na indústria de utilidade pública o tempo médio dos desligados superava 3 anos, sendo que na quase totalidade dos casos a média se fixava na faixa 1/2 anos. Na maioria dos ramos industriais o tempo médio dos trabalhadores que permaneciam empregados no fi-

nal de 1980 variava entre 3 e 4 anos.

As taxas de rotatividade mostram uma típica tendência de queda na medida em que são considerados os estabelecimentos de maior porte. Enquanto os estabelecimentos na faixa 1/4 empregados apresentavam taxas de rotatividade próximas a 2, aqueles com 1.000 ou mais empregados mostravam valores em torno de 1,5. Este comportamento é generalizado para os diversos ramos industriais, variando apenas o nível absoluto das taxas. É claro que os dados encontrados não chegam a surpreender, uma vez que os grandes estabelecimentos normalmente fazem parte de empresas modernas, com uma política de emprego própria, onde existe um certo interesse na manutenção do quadro de funcionários, especialmente aqueles com maior grau de especialização.

A maioria absoluta das rescisões de vínculos empregatícios ocorridas na indústria são causadas pelos empregadores. Em 1980, 60% das rescisões foram de iniciativa do empregador sem justa causa e menos de 20% de iniciativa do empregado sem justa causa. Este quadro repete-se pelos diversos ramos industriais, sendo consequência da legislação trabalhista brasileira, que permite a dispensa sem qualquer justificativa. Cabe observar que entre as rescisões por iniciativa do empregador sem justa causa estão também incluídas aquelas originadas por iniciativa do empregado; em que um acordo entre as partes interessadas pode ter induzido a uma classificação distinta, de modo a permitir ao trabalhador o acesso ao FGTS. Este fato, entretanto, não é suficiente para minimizar a causa principal da rescisão dos vínculos empregatícios. Na indústria de construção e de extração e tratamento de minerais

mais de 65% das rescisões eram de iniciativa do empregador sem justa causa, chegando a quase 70% no ramo de perfumaria, sabões e velas.

2.3.- Remuneração

A remuneração média na indústria fixava-se em 3,5 salários mínimos (SM) em 1980. A faixa de variação entre os diferentes ramos industriais era enorme. Os menores níveis localizavam-se nos ramos de madeira, vestuário, calçados e artefatos de tecidos (1,8 SM) e mobiliário, couros, peles e produtos similares (2,1 SM). As remunerações médias mais elevadas eram pagas em material de transporte (5,0 SM), produtos farmacêuticos e veterinários (5,6 SM), utilidade pública (6,0 SM) e química (6,8 SM). Nota-se, portanto, uma relação nítida entre as remunerações mais elevadas e os ramos modernos da indústria por um lado, e as menores remunerações nos ramos tradicionais por outro.⁽³⁾

O índice de Gini obtido para o conjunto da indústria (0,466) aponta para uma distribuição insatisfatória da remuneração. Ocorrem, entretanto, importantes diferenças nos índices dos diversos ramos. O valor mais baixo era encontrado em vestuário, calçados e artefatos de tecidos (0,310) e o mais alto em fumo (0,539). Existe uma tendência clara de crescimento das desigualdades para os ramos que apresentam as maiores remunerações médias. Uma vez que o piso salarial é o mesmo nos distintos ramos da indústria, sendo representado pelo salário mínimo, o crescimento da remuneração média é consequência direta da abertura do leque de salários, po

dendo, portanto, ser utilizada como uma proxy para as desigualdades existentes no interior de cada ramo industrial.

Quase metade dos trabalhadores da indústria recebiam até 2 SM em 1980, enquanto cerca de dois terços não ultrapassavam 3 SM. Acima de 10 SM eram encontrados 5,2% dos trabalhadores e acima de 20 SM apenas 1,5%. A distribuição da remuneração, entretanto, é bastante distinta. Assim, os trabalhadores que recebiam até 2 SM participavam com menos de 20% da remuneração, enquanto aqueles a baixo de 3 SM não atingiam a terça parte da remuneração total. Na extremidade superior, todavia, concentrava-se um importante percentual da remuneração nas mãos de um número relativamente pequeno de trabalhadores. Aqueles acima de 10 SM recebiam quase 30% da remuneração paga na indústria.

As remunerações mais elevadas eram encontradas em São Paulo, cuja média atingia 4,1 SM. Por outro lado, os menores níveis localizavam-se nas regiões Sul, Nordeste, Norte e Centro-Oeste, cuja média situava-se em apenas 2,6 SM. O Rio de Janeiro encontrava-se próximo à média do setor. Os níveis de remuneração apresentavam-se altamente diferenciados no interior de cada região, dependendo do ramo industrial considerado. Por outro lado, ocorriam importantes desníveis na remuneração média de cada ramo da indústria nas diversas regiões. As menores remunerações médias eram encontradas em vestuário, calçados e artefatos de tecidos nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste e no Distrito Federal, correspondendo a apenas 1,3 SM. A maior, por outro lado, localizava-se no ramo de fumo no Rio de Janeiro, onde atingia 9,9 SM. Na maioria dos ramos industriais considerados São Paulo apresentava a remuneração média mais elevada.

As remunerações apresentam uma tendência de crescimento quando considerados os maiores estabelecimentos industriais. Assim, enquanto aqueles na faixa 1/4 empregados possuíam uma remuneração média de apenas 1,6 SM, na faixa 20/49 empregados ela se elevava para 2,2 SM, entre 100 e 249 empregados chegava a 2,9 SM, atingindo 4,6 SM para os estabelecimentos com 1.000 ou mais empregados. Estes dados refletem, obviamente, os maiores níveis de produtividade das maiores empresas, assim como o maior grau de organização sindical nos principais núcleos industriais do país. Cabe observar que o comportamento descrito acima é uma constante nos diferentes ramos da indústria.

A remuneração masculina é consideravelmente superior à feminina. Enquanto os homens recebiam em média 3,9 SM as mulheres não passavam de 2,1 SM. Apenas na indústria de construção e extração e tratamento de minerais havia um equilíbrio entre as remunerações médias dos dois sexos.⁽⁴⁾ Em produtos farmacêuticos e veterinários os homens recebiam quase o triplo do salário médio das mulheres. Nota-se, assim, uma deterioração dos empregos femininos relativamente aos masculinos, quando não é o caso de salários menores para mulheres que exercem atividades idênticas aos homens.

Normalmente ocorre um crescimento da remuneração com a idade dos trabalhadores na indústria. Aqueles com 18 anos ou menos recebiam apenas 1,4 SM em média em 1980. Para os trabalhadores na faixa 19/30 anos a média eleva-se para 2,9 SM, atingindo o máximo de 4,9 SM para aqueles entre 41 e 50 anos. Estes dados são uma tônica nos diversos ramos industriais, refletindo o próprio ciclo de vida do trabalhador, que usualmente inicia sua vida profissio-

nal em atividades mais simples, aumentando o nível de complexidade e a experiência com os anos. Os trabalhadores mais velhos muitas vezes exercem cargos de chefia, recebendo salários mais elevados.

Finalmente, cabe ainda salientar a enorme diferença existente entre as remunerações dos trabalhadores das diversas categorias de ocupação. Enquanto os trabalhadores diretamente ligados à produção recebiam em média apenas 2,7 SM, os diretores de empresas atingiam 21,7 SM. Os trabalhadores da profissão científica, técnica e artística encontravam-se também em posição relativamente privilegiada, recebendo a média de 10,3 SM. Quanto aos trabalhadores de serviços administrativos, a remuneração situava-se em 4,1 SM, i.e. pouco acima da média geral da indústria. Estes diferenciais são uma constante nos distintos ramos industriais.

Notas da Seção 2:

- (1) A taxa de admissão é definida pelo quociente entre o número de admissões e o emprego médio, onde este último é obtido pela média aritmética do emprego no início e no final do ano. A taxa de desligamento é definida pelo quociente entre o número de desligamentos e o emprego médio. Finalmente, a taxa de vínculos é definida pelo quociente entre o número de vínculos e o emprego médio.
- (2) Uma taxa de vínculos igual a 3 (três) representa uma situação em que há três vezes mais vínculos do que o nível médio do emprego. Ela pode ser interpretada como se cada emprego tivesse sido ocupado por três trabalhadores ao longo do ano. É claro que a situação real não é exatamente esta, uma vez que um trabalhador desligado pode ser admitido mais adiante no ano na mesma empresa ou em uma empresa distinta. Por outro lado, parte da rotatividade pode ser considerada como "natural", na meda em que existem vínculos rompidos por mortes, transferências, aposentadorias, etc. Esta parcela, entretanto, é usualmente muito pequena.
- (3) No caso da indústria de utilidade pública e parcela da química (petroquímica) as remunerações mais elevadas podem ser explicadas pela alta participação de empresas estatais, que usualmente possuem um grande número de trabalhadores da profissão científica e técnica ou ainda de serviços administrativos, aumentando a remuneração média.

(4) São exatamente as indústrias de construção e de extração e tratamento de minerais que apresentam a menor participação do emprego feminino. A remuneração média feminina mais elevada deve-se, provavelmente, à sua concentração em atividades admnistrativas ou técnicas.

3 - MODIFICAÇÕES DURANTE A RECESSÃO

3.1 - A Redução do Emprego

Entre 1980 e 1983, houve uma queda de quase um milhão de empregos segundo os registros da RAIS, representando uma redução de quase 15% no nível de emprego do setor formal industrial. O movimento do nível de emprego seguiu com extrema regularidade a queda da produção industrial. O primeiro choque ocorreu em 1981, quando houve uma redução de 5,5% na produção industrial e de 5,7% no emprego. Em 1982, tanto o produto quanto o emprego industrial apresentaram uma recuperação mínima — 1,0 e 0,6% respectivamente. O segundo choque recessivo veio em 1983, sendo bem mais intenso do que o primeiro, representando uma queda de 6,8% no nível de produção e de 10,3% no emprego industrial. Para o triênio 1980/83, a queda no nível de emprego (14,9%) superou a queda na produção industrial (11,4%).⁽¹⁾

Um dos movimentos mais notáveis do ajustamento no nível de emprego industrial foi a forma como ele se processou. Diferentemente do senso comum, a queda do emprego não se verificou via aumento dos desligamentos de empregados, mas através de uma redução acentuada nas novas admissões. Como já foi apontado na última seção, a rotatividade da mão-de-obra no mercado formal de trabalho é muito elevada, não apenas na indústria, mas também em outros setores. Em 1980, a taxa de admissão atingia 74% e a taxa de desligamento 69% do emprego médio industrial. Em 1981, o total de desligamentos praticamente repetiu o mesmo valor de 1980. As admissões, entretanto, baixaram de 4.538 mil para 3.877 mil, representando

uma queda de quase 15%. O desempenho econômico mais favorável em 1982 provocou uma pequena elevação nas admissões e uma queda considerável nos desligamentos. O movimento mais impressionante, todavia, ocorreu em 1983, quando as admissões reduziram-se em mais de 1 milhão, enquanto os desligamentos baixaram em 500 mil. Houve, assim, 2.904 mil admissões e 3.360 desligamentos em 1983, representando respectivamente uma queda de 36% e 20% relativamente a 1980. (Tabela 1).

Os dados acima apontam para uma queda na rotatividade da mão-de-obra durante a crise econômica. Aparentemente, tanto os empregadores quanto os empregados são responsáveis por esta queda. Da parte dos empregados, há uma luta constante pela manutenção dos empregos conquistados, diminuindo, assim, os desligamentos voluntários. Quanto aos empregadores, diminuem em tal proporção as novas contratações, que acabam também baixando o número de dispensas. A participação dos desligamentos provocados pelos empregadores no total de desligamentos ocorridos, entretanto, mostraram-se nitidamente em crescimento durante a recessão, como teremos oportunidade de discutir mais adiante.

Pode-se afirmar que praticamente todos os ramos industriais sentiram os efeitos da crise econômica sobre o nível de emprego. Uns, entretanto, foram muito mais atingidos do que outros. Alguns sofreram com a recessão já em 1981, ao mesmo tempo em que outros só entraram em crise em 1983.

Em 1981, o conjunto da indústria metal-mecânica — metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicação e material de

transporte — apresentou uma queda de quase 14% no nível de emprego, que atingiu 18% no ramo de material de transporte. Estes quatro ramos industriais foram responsáveis por mais de dois terços da queda do emprego industrial indicada pela RAIS. Alguns poucos ramos, localizados especialmente no setor de bens de consumo não duráveis, apresentaram um pequeno crescimento no nível de emprego. A indústria de construção teve uma performance bastante razoável.

A principal característica observada em 1982 foi a manutenção do nível de emprego global. Alguns ramos tiveram sua participação diminuída, enquanto outros se recuperaram. O conjunto da indústria metal-mecânica continuou em queda, em ritmo bem menos intenso, havendo inclusive crescimento de cerca de 30 mil empregos em material de transporte. O comportamento dos principais ramos produtores de bens de consumo não duráveis mostrou-se favorável, apresentando crescimento do emprego.

O novo choque recessivo de 1983 atingiu principalmente a indústria de construção. Neste caso, tratava-se, não apenas da paralisação ou redução do ritmo das obras dos grandes projetos governamentais, como também da crise que atingiu a construção civil. Metade da queda de 600 mil empregos registrada no conjunto da indústria ocorreu no setor de construção, cujo nível de emprego baixou de 988 para 698 mil ao longo de 1983. A indústria metal-mecânica voltou a ser atingida com bastante intensidade, registrando uma queda de mais de 150 mil empregos. A indústria têxtil e de produtos minerais não metálicos também mostraram uma sensível redução no nível de emprego. Apenas alguns poucos ramos produtores de bens de consumo não duráveis, juntamente com a indústria de ex

tração e tratamento de minerais apresentaram crescimento do emprego.

Considerando-se o período 1980/83 observa-se que a indústria de construção foi a mais atingida, com uma queda de 30,0% no nível de emprego. Seguem-se a mecânica (-29,7%), metalurgia (-25,0%), têxtil (-24,7%), produtos minerais não metálicos (-23,7%) e material elétrico e de comunicação (-23,2%). Com quedas na faixa 10/20% são encontrados 9 ramos industriais. Apenas 5 ramos mostram crescimento do emprego segundo os dados da RAIS. São eles: utilidade pública (+19,9%); bebidas (+16,1%); vestuário, calçados e artefatos de tecidos (+11,3%); produtos alimentares (+6,4%) e couros, peles e produtos similares (+5,1%)⁽²⁾ (Tabela 2).

Convém ainda acrescentar que durante o período considerado a RAIS mostrou um crescimento no número de estabelecimentos levantados até 1982, seguido de um ligeiro recuo em 1983. Este resultado deve-se em parte à própria melhoria do sistema de cobertura da RAIS. O caso da indústria de utilidade pública é ilustrativo, onde o número de estabelecimentos informantes passou de 1.759 em 1980 para 2.981 em 1983. Outros 13 ramos industriais apresentaram crescimento no total de estabelecimentos, sendo significativa a evolução de vestuário, calçados e artefatos de tecidos (+15,8%) e fumo (+11,6%). A maior queda foi encontrada em produtos minerais não metálicos, onde o número de estabelecimentos reduziu-se em 8,9%. (Tabela 3).

Os dados acima deixam nítida uma certa tendência de melhoria de cobertura do sistema RAIS; especialmente na indústria de EPICO, 5/86.

utilidade pública e em alguns ramos da chamada indústria tradicional. É óbvio que este fato distorce um pouco nossa análise. De qualquer forma, algumas considerações podem ser tiradas. Em primeiro lugar, o comportamento "real" do emprego industrial durante os anos 1980/83 foi muito desfavorável, pior ainda do que os dados da RAIS apontam. Em segundo lugar, apesar da intensidade da recessão, não houve uma quebra geral na indústria, no sentido de uma redução no número de estabelecimentos. Mesmo descontando-se o aumento de cobertura da RAIS, os estabelecimentos criados ao longo da recessão parecem ter compensado a saída daqueles atingidos pela crise. Apesar disto, não resta dúvida que em alguns ramos houve uma efetiva redução no número de estabelecimentos.

Dois importantes fatos merecem ainda ser mencionados. O primeiro refere-se à redução do tamanho médio dos estabelecimentos, consequência direta da acentuada queda no nível de emprego, sem que houvesse comportamento semelhante para o total de estabelecimentos industriais. Assim, o tamanho médio baixou de 41 para 34 empregados por estabelecimentos entre 1980 e 1983. A tendência foi generalizada por quase todos os ramos da indústria. O total de estabelecimentos com 1.000 ou mais empregados baixou de 835 para 641.

Um outro aspecto considerável é a queda relativa do emprego industrial de São Paulo. Enquanto em 1980 São Paulo era responsável por 45,0% do emprego, em 1983 sua participação havia baixado para 42,2%. Esta queda deve-se ao fato de São Paulo concentrar o núcleo mais desenvolvido da indústria brasileira, ou seja, exatamente aquele que sofreu o maior impacto da crise. Apesar disto,

São Paulo ainda concentrava, em 1983, mais de 60% do emprego de cinco ramos industriais, e entre 50 e 60% em outros quatro ramos.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que os ramos industriais associados à produção de bens de consumo duráveis e bens de capital foram aqueles a apresentar as maiores quedas no nível de emprego. Não fosse a boa performance das exportações deste setor, a queda teria sido ainda maior. Também bastante atingidos foram os ramos produtores de bens intermediários. O melhor comportamento ocorreu nos ramos produtores de bens de consumo não duráveis, não apenas devido a uma menor queda no nível de produção para o mercado interno, como também em função do crescimento das exportações de alguns produtos - calçados, suco de laranja, etc. O péssimo desempenho da indústria de construção deve ser considerado à parte, sendo consequência da política governamental para o setor.

3.2 - Transformações nas Características dos Trabalhadores

Houve importantes modificações nas características ocupacionais dos trabalhadores ao longo da recessão. As mais nítidas foram a queda da participação dos jovens e daqueles com menor nível de escolaridade.

Como já apontamos anteriormente, os trabalhadores na indústria são relativamente jovens, refletindo uma população econômicamente ativa onde predominam trabalhadores com menos de 30 anos. Este comportamento é ainda mais acentuado em alguns ramos industriais. A recessão econômica atingiu diretamente estes trabalhadores.

Com a queda nas novas admissões efetuadas, foram fechadas as portas do mercado de trabalho aos trabalhadores mais jovens, especialmente no caso daqueles que procuravam o primeiro emprego. Com isto houve um envelhecimento da pirâmide etária daqueles que permaneceram ocupados. Enquanto, em 1980, 9,9% dos trabalhadores possuíam até 18 anos, em 1983 eles não ultrapassavam 7,1%. Na faixa 19/30 anos o percentual reduziu-se de 49,2 para 47,2%. Em compensação, os trabalhadores mais velhos tiveram sua participação elevada no período. Em todos os ramos industriais houve redução no percentual de trabalhadores jovens, i.e. com até 18 anos ou ainda com até 30 anos. Esta tendência já havia sido iniciada em 1981; aprofundando-se, entretanto, ao longo do ciclo recessivo. Um último dado pode ser utilizado para ilustrar as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores mais jovens: Se considerarmos apenas aqueles com até 18 anos, verificamos uma redução de 611 mil para 375 mil empregos, entre 1980 e 1983, representando uma queda de 38,7%, bastante superior à redução enfrentada pelo conjunto de trabalhadores da indústria. (Tabela 4).

Os trabalhadores com menor nível de instrução também sofreram uma grande redução no emprego. Este resultado é coerente com o comportamento dos empresários na busca de níveis de produtividade mais elevados durante a crise. Assim, os trabalhadores menos qualificados, i.e., com menor grau de instrução, são usualmente os primeiros a serem dispensados. Eventualmente os trabalhadores mais qualificados são também atingidos pela demissão. Sua participação, entretanto, tende a elevar-se durante a recessão, como nos indicam os dados da RAIS.

Entre 1980 e 1983 a participação dos trabalhadores analfebetos baixou de 5,2 para 4,5%. Fato semelhante ocorreu com aqueles que possuem o primário incompleto ou completo. Considerando-se o conjunto de trabalhadores com no máximo o curso primário completo, verifica-se uma contínua redução em sua participação, que representava 63,3% em 1980 e não mais do que 56,6% em 1983. Esta é uma característica de todos os ramos industriais, independentemente do nível de instrução médio de seus trabalhadores. Considerando-se, por exemplo, o ramo de produtos farmacêuticos e veterinários observa-se uma queda de 34,9 para 31,2% entre os trabalhadores que possuíam o curso primário completo ou menos. Para a indústria de construção a redução foi de 79,8 para 75,5%. (Tabela 5).

Os trabalhadores com elevado grau de instrução foram relativamente beneficiados ao longo da recessão. A participação daqueles com o curso superior completo, embora pequena, elevou-se de 2,9 para 3,8% no período, inclusive com um crescimento absoluto de 20 mil empregos. Os trabalhadores com curso colegial também apresentaram crescimento, porém em menor nível. Este comportamento é generalizado entre os diversos ramos industriais.

Vista sob outro ângulo, a questão acima pode ser enfocada através da análise da evolução do emprego das diversas categorias de ocupação. O agrupamento mais importante, i.e., os trabalhadores ligados à produção, sofreu uma queda de mais de 700 mil empregos, passando de 4.305 mil em 1980 a 3.586 mil em 1983. Sua participação no emprego total baixou de 68,7 para 67,3%. É entre estes trabalhadores que se concentra a maior proporção de trabalhadores com baixo nível de escolaridade. Quanto aos trabalhadores da profissão cientí

fica ou técnica, houve uma elevação de 5,1 para 5,7% entre 1980 e 1983. Os trabalhadores de serviços administrativos possuem um nível de escolaridade intermediário, tendo apresentado um ligeiro avanço na participação no emprego.

A excepcional redução do nível de emprego para os trabalhadores com baixo nível de instrução usualmente os menos qualificados, mostra um movimento cruel da recessão, que atingiu com mais intensidade exatamente aqueles trabalhadores que recebem os menores salários e que, portanto, necessitam uma maior proteção da sociedade. Por outro lado, existe uma certa relação entre a idade e o nível de qualificação (escolaridade) dos trabalhadores, mostrando que os trabalhadores jovens, além das dificuldades de entrada no mercado de trabalho, enfrentaram uma maior probabilidade de perda dos respectivos empregos.⁽³⁾

Ainda em relação às modificações das características dos trabalhadores, cabe acrescentar que a distribuição do emprego segundo o sexo permaneceu aproximadamente estável. O emprego industrial continuava, em 1983, a ser tipicamente masculino, atingindo quase 80% do conjunto.

3.3 - A Queda na Rotatividade da Mão-de-Obra

A queda no ritmo das admissões e desligamentos durante a recessão provocou uma redução acentuada no processo de rotatividade da mão-de-obra existente na indústria. A taxa de admissão baixou sistematicamente durante a recessão, caindo de 0,74 em 1980

para 0,52 em 1983. Movimento semelhante, porém bem menos intenso, ocorreu com a taxa de desligamento, que diminuiu de 0,69 para 0,60 no período. Conseqüentemente, houve uma grande queda nas taxas de vínculos (rotatividade), que passou de 1,72 em 1980 para 1,56 em 1983. Este último valor ainda é bastante elevado, representando a rotação de mais da metade da mão-de-obra durante o ano. (Tabela 6).

O tempo médio de permanência no mesmo emprego elevou-se bastante no período. Enquanto em 1980 a média no serviço para os trabalhadores desligados não passava de 15 meses, em 1983 ela atingia 21 meses. O tempo médio no mesmo emprego passou de 3,2 para 4,0 anos no caso dos trabalhadores que permaneciam empregados. Por outro lado, enquanto em 1980 56,9% dos trabalhadores permaneciam menos de 2 anos no mesmo emprego e 18,6% mais de 5 anos, em 1983 estes percentuais haviam mudado para 47,2 e 26,2% respectivamente.

O movimento de queda das admissões e desligamentos é uma regra nos diferentes ramos industriais. São pouquíssimos os casos em que houve elevação, seja nas admissões ou nos desligamentos ocorridos no período. Apenas na indústria de fumo houve crescimento nas taxas de admissão e de vínculos. Por sinal, em 1983 a taxa de rotatividade deste ramo só era superada pela indústria de construção. Em alguns casos a redução da rotatividade foi considerável, como, por exemplo, no conjunto da indústria metal-mecânica. Em material de transporte a taxa de vínculos havia sido reduzida a apenas 1,23 em 1983, superando apenas aquela da indústria de utilidade pública.

A motivação para a rotatividade ocorrida no período modifi

cou-se consideravelmente. Enquanto em 1980 68,6% das rescisões eram de iniciativa do empregador, em 1983 elas correspondiam a 78,7%. Por outro lado, os empregados eram responsáveis por 27,9% das rescisões dos vínculos em 1980 e apenas 15,3% em 1983. As rescisões de iniciativa do empregador sem justa causa elevaram-se de 60,0 para 71,1% no período. Portanto, apesar da queda generalizada da rotatividade, nota-se uma mudança qualitativa, com um grande crescimento nas rescisões de iniciativa do empregador, especialmente no caso daquelas sem justa causa. (Tabela 7).

Embora possa ser argumentado que a rescisão do vínculo de trabalho é a única alternativa deixada para os empregadores em anos de crise econômica, é preciso acrescentar que para o trabalhador não existe qualquer proteção contra a demissão. A rescisão sem justa causa permite uma série de abusos por parte dos empregadores, apontando para a necessidade de uma revisão na legislação que rege os vínculos de emprego. Mesmo com a queda verificada no período, as taxas de rotatividade na economia brasileira ainda são excessivamente elevadas quando comparadas com os padrões internacionais. Apesar da redução substancial ocorrida no nível de emprego, as rescisões de iniciativa do empregador sem justa causa quase não diminuíram em valor absoluto. Podemos, portanto, afirmar que a queda da rotatividade deveu-se basicamente à mudança de comportamento dos trabalhadores, que procuraram permanecer em seus empregos durante os anos de recessão.

3.4 - O Comportamento da Remuneração

Para compreender o comportamento da remuneração na indústria durante o período recessivo é preciso, não apenas acompanhar as transformações no mercado de trabalho, mas também as modificações na legislação salarial. Até o início de 1983 estava em vigor a Lei 6.886⁽⁴⁾, que incorporava o adicional de 10% acima do INPC para os reajustes dos salários inferiores a 3 SM. As modificações efetuadas na legislação salarial, que culminaram com o Decreto-Lei 2.065 em outubro de 1983, criaram uma situação bastante adversa para os trabalhadores.⁽⁵⁾ Assim, até 1982, apesar da recessão econômica, havia uma sistemática de reajustes salariais relativamente favorável. Em 1983, entretanto, o segundo choque recessivo veio acompanhado de mudanças na legislação, cujo objetivo primário era o rebaixamento dos salários.

Segundo a RAIS, a evolução da remuneração global na indústria acompanhou de perto a inflação entre 1980 e 1982. Ela correspondia a Cr\$1.125 bilhões em 1980, Cr\$2.321 bilhões em 1981 e Cr\$4.707 bilhões em 1982. Em termos comparativos, a remuneração nominal cresceu 106% entre 1980 e 1981, enquanto o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP) apresentou uma variação média de 113% no período. Entre 1981 e 1982, a remuneração aumentou 103% para um IGP de 94%. Assim, a variação total da remuneração entre 1980 e 1982 (318%) praticamente equiparou-se à inflação do período (313%). Em 1983, entretanto, a situação inverteu-se. Enquanto o IGP médio cresceu 155%, a variação da remuneração não passou de 99%.⁽⁶⁾

Com relação à remuneração média, houve um pequeno crescimento até 1982, seguido de uma queda em 1983. O nível médio da remuneração passou de 3,5 SM em 1980 para 3,6 SM em 1981, 3,8 SM em 1982 e 3,8 SM em 1983. O salário mínimo, entretanto, apresentou importantes alterações no período. Após um crescimento real de 1,7% em 1981 e 1,0% em 1982, ele caiu 8,8% em 1983⁽⁷⁾. Assim, houve crescimento da remuneração média na indústria até 1982, e um recuo em 1983.

O crescimento da remuneração observado até 1982 não chega a surpreender. Como já foi mostrado anteriormente, ocorreram importantes modificações no mercado de trabalho no período, com uma queda da participação de trabalhadores jovens, assim como daqueles com menor grau de instrução. Ora, são exatamente estes trabalhadores que recebem os menores salários. Portanto, sua saída do mercado de trabalho representa, por si só, uma elevação da remuneração média. Se juntarmos ainda o fato de que a legislação do período permitia elevações reais dos salários, chegaremos à conclusão que outro não poderia ter sido o resultado. É exatamente devido ao crescimento da remuneração média que a remuneração total manteve-se relativamente inalterada entre 1980 e 1982, apesar da queda no nível de emprego industrial.

Em 1983, entretanto, as modificações na legislação salarial, especialmente a partir do Decreto-Lei 2.045 em meados do ano, tiveram um efeito devastador sobre os salários. Apesar da continuação da tendência de saída dos trabalhadores jovens e dos menos qualificados do mercado de trabalho, a remuneração média baixou 8,8%. Há ainda a acrescentar o efeito pernicioso da aceleração in

flacionária sobre o nível médio das remunerações.

O efeito redistributivo da legislação salarial, que permitia reajustes mais elevados para os menores salários; juntamente com as transformações ocorridas no mercado de trabalho durante a recessão, produziram importantes modificações na distribuição da remuneração. Assim, enquanto em 1980 67,6% dos trabalhadores recebiam até 3 SM, em 1983 este percentual havia se reduzido para 63,2%. Houve ainda uma grande redução no topo da pirâmide salarial. Em 1980, por exemplo, existiam 36.042 trabalhadores recebendo mais de 30 SM, reduzidos para 30.333 em 1981, 27.331 em 1982 e, finalmente, 22.562 em 1983. A distribuição da remuneração, entretanto, continuava extremamente desigual em 1983. Os quase dois terços dos trabalhadores recebendo até 3 SM participavam de apenas 28,9% da remuneração, ou seja, menos do que recebiam os 6,2% dos trabalhadores acima de 10 SM. O índice de Gini atingia 0,469 em 1983, refletindo a má distribuição da remuneração.

Os diferenciais entre as remunerações dos diversos ramos industriais mantiveram-se aproximadamente inalterados ao longo do período 1980/1983. A tendência generalizada foi de elevação da remuneração média até 1982, seguida de queda ou estabilização em 1983.⁽⁸⁾ No interior de cada ramo da indústria pôde ser observada uma ligeira melhora na distribuição da remuneração até 1982, revertida, entretanto, em 1983. Este fato pode ser constatado pela evolução do índice de Gini. As remunerações médias mais elevadas atingiam, em 1983, 7,4 SM na química, 6,2 SM na utilidade pública, 6,1 SM em material de transporte e 6,0 SM em produtos farmacêuticos e veterinários. As menores correspondiam a 2,6 SM em produtos

alimentares, 2,2 SM em mobiliário e couros, peles e produtos similares e 1,9 SM em madeira e vestuário, calçados e artefatos de tecidos. (Tabela 8).

Entre outros pontos a merecerem comentários, destaca-se a queda observada na participação de São Paulo no total da remuneração, como consequência da diminuição do emprego que atingiu com mais intensidade os centros dinâmicos do País. Apesar disto, São Paulo apresentava as maiores remunerações médias em 1983, correspondendo a 42,2% de remuneração total do setor.

Os maiores salários continuavam sendo pagos nos grandes estabelecimentos que, apesar de pouco numerosos, respondem por importante parcela do emprego industrial, e parcela ainda maior da remuneração. Sua participação, entretanto, baixou entre 1980 e 1983, em consequência da perda do tamanho dos estabelecimentos industriais. Como ilustração, basta mencionar que os estabelecimentos com 1.000 ou mais empregados respondiam por 38,8% da remuneração em 1980, tendo caído para 34,6% em 1983.

O grande desequilíbrio nas remunerações dos dois sexos permaneceu ao longo do período. Os homens ganhavam quase o dobro do que as mulheres: 4,2 e 2,3 SM respectivamente em 1983. As remunerações femininas continuaram inferiores às masculinas na quase totalidade dos ramos industriais. Em três casos a remuneração média masculina era mais do que duas vezes superior à feminina — material elétrico e de comunicação, produtos farmacêuticos e veterinários e fumo. Apenas em vestuário, calçados e artefatos de tecidos o total da remuneração paga ao sexo feminino superava a masculina.

Apesar disso, a remuneração média paga aos homens neste ramo permanecia bem superior à das mulheres.

Finalmente, cabe acrescentar que foram exatamente os trabalhadores mais jovens que sofreram as maiores quedas salariais no período. No caso daqueles com até 18 anos, a remuneração média fixava-se em 1,4 SM em 1983, representando uma queda real de 6,3% relativamente a 1980. Para os trabalhadores na faixa 19/30 anos a remuneração média atingia 2,9 SM em 1983, correspondendo a uma redução semelhante. Os trabalhadores das outras faixas etárias experimentaram pequenas modificações em suas remunerações médias.

Notas da Seção 3:

- (1) A queda real do nível de emprego no setor formal industrial foi possivelmente ainda mais do que a apontada pela RAIS. Como veremos mais adiante, houve um certo aumento de cobertura da RAIS no período, que por si só tende a elevar o emprego levantado.
- (2) O crescimento do emprego apresentado pela indústria de utilidade pública, ao longo do período aqui analisado, mostra-se distorcido devido ao aumento de cobertura da RAIS. Este fenômeno parece ter ocorrido em menor escala em vestuário, calçados e artefatos de tecidos. Veja sequência do texto.
- (3) É claro que a associação positiva entre idade, grau de instrução e nível de qualificação apresenta alguns problemas. Em primeiro lugar, é perfeitamente possível encontrar-se um trabalhador com alto nível de qualificação profissional e um grau de instrução médio ou mesmo baixo. Por outro lado, teoricamente o nível superior completo pode ser atingido por trabalhadores ainda jovens, embora isto não seja possível para os mais novos. Apesar disto, a correlação positiva entre idade e grau de instrução (qualificação) nos parece clara.
- (4) Os reajustes semestrais tiveram início em novembro de 1979 com a Lei 6.708. Esta, por sua vez, foi modificada a partir de dezembro de 1980 através da Lei 6.886.

- (5) As modificações ocorridas em 1983 foram as seguintes: Decreto-Lei 2.012 em fevereiro; Decreto-Lei 2.024 em junho; Decreto-Lei 2.045 em agosto; e Decreto-Lei 2.065 a partir de novembro.
- (6) A utilização do INPC no lugar do IGP modifica um pouco os resultados. As conclusões, entretanto, permanecem inalteradas.
- (7) Para o cálculo do salário mínimo real utilizou-se o INPC como deflator, calculando-se a média anual a partir dos valores reais mês a mês. Ao longo de todo o trabalho é utilizado o maior valor do salário mínimo existente no respectivo ano.
- (8) O comportamento da remuneração média na indústria metal-mecânica é bem ilustrativo. Até 1982, ela elevou-se consideravelmente, refletindo as transformações verificadas na composição da mão-de-obra, especialmente a queda na participação de trabalhadores jovens e com menor grau de instrução. Em 1983, entretanto, apesar da continuação destas transformações, a remuneração média real cai, como consequência das mudanças na política salarial.

TABELA 1

EMPREGOS, ADMISSÕES, DESLIGAMENTOS, VÍNCULOS E ESTABELECIMENTOS - INDÚSTRIA - BRASIL - 1980/1983

	1980	1981	1982	1983	Varição 1983/80
Empregos	6.265.360	5.907.368	5.940.015	5.330.596	- 14,9%
Admissões	4.538.144	3.876.750	3.924.184	2.903.934	- 36,0%
Desligamentos	4.225.273	4.227.843	3.863.691	3.360.371	- 20,5%
Vínculos					
Estabelecimentos	152.949	156.471	157.893	156.656	+ 2,4%

Obs.: Empregos e estabelecimentos em 31/12 do respectivo ano.

Fonte: RAIS.

TABELA 2

EMPREGO POR RAMO DA INDÚSTRIA - BRASIL - 1980/1983

Ramo	1980		1981		1982		1983	
	Emprego	%	Emprego	%	Emprego	%	Emprego	%
Extração e tratamento de minerais	125.395	2,0	118.553	2,0	117.147	2,0	118.054	2,2
Produtos minerais não metálicos	309.205	4,9	278.460	4,7	275.014	4,6	235.715	4,4
Metalurgia	656.874	10,5	567.848	9,6	549.283	9,3	492.428	9,2
Mecânica	395.306	6,3	348.492	5,9	311.672	5,3	277.713	5,2
Material elétrico e de comunicação	296.565	4,7	258.388	4,4	255.410	4,3	227.729	4,3
Material de transporte	375.319	6,0	307.142	5,2	337.318	5,7	303.899	5,7
Madeira	212.302	3,4	189.650	3,2	184.714	3,1	173.563	3,3
Mobiliário	152.658	2,3	139.798	2,3	148.454	2,5	130.621	2,5
Papel e papelão	131.855	2,1	118.678	2,0	117.385	2,0	113.415	2,1
Borracha	61.828	1,0	51.948	0,9	54.820	0,9	51.361	1,0
Couros, peles e produtos similares	47.858	0,8	47.422	0,8	49.753	0,8	50.300	0,9
Química	214.115	3,4	210.130	3,6	208.675	3,5	203.516	3,8
Produtos farmacêuticos e veterinários	56.296	0,9	55.187	0,9	52.401	0,9	49.065	0,9
Perfumaria, sabões e velas	28.092	0,4	27.865	0,5	27.721	0,5	23.717	0,5
Produtos de matérias plásticas	147.292	2,4	129.501	2,2	135.894	2,3	122.773	2,3
Têxtil	464.873	7,4	416.844	7,1	410.646	6,9	349.936	6,6
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	404.064	6,5	407.627	6,9	444.947	7,5	449.789	8,4
Produtos alimentares	577.321	9,2	580.948	9,8	598.291	10,1	614.215	11,5
Bebidas	89.270	1,4	91.252	1,5	99.874	1,7	103.631	1,9
Fumo	20.070	0,3	19.454	0,3	20.458	0,3	19.439	0,4
Editorial e gráfica	142.161	2,3	137.628	2,3	144.027	2,4	133.069	2,5
Diversos	141.075	2,3	130.436	2,2	138.571	2,3	126.554	2,4
Utilidade pública	218.329	3,5	243.306	4,1	269.115	4,5	261.670	4,9
Construção	997.237	15,9	1.030.811	17,5	988.425	16,6	698.424	13,1
Total	6.265.360	100,0	5.907.368	100,0	5.940.015	100,0	5.330.596	100,0

51
86

Fonte: RAIS.

ESTABELECIMENTOS POR RAMO DA INDÚSTRIA - BRASIL - 1980/1983

Ramo	1980		1981		1982		1983	
	Estabele- cimentos	%	Estabele- cimentos	%	Estabele- cimentos	%	Estabele- cimentos	%
Extração e tratamento de minerais	4.036	2,6	4.149	2,6	4.066	2,6	3.994	2,6
Produtos minerais não metálicos	14.470	9,5	14.658	9,4	14.074	8,9	13.178	8,4
Metalurgia	15.419	10,1	15.637	10,0	15.477	9,8	14.881	9,5
Mecânica	7.014	4,6	7.091	4,5	6.978	4,4	6.802	4,3
Material elétrico e de comunicações	3.069	2,0	3.131	2,0	3.165	2,0	3.198	2,0
Material de transporte	2.565	1,7	2.598	1,7	2.563	1,6	2.508	1,6
Madeira	13.161	8,6	13.329	8,5	13.057	8,3	12.476	8,0
Mobiliário	9.273	6,1	9.160	5,9	9.128	5,8	8.979	5,7
Papel e papelão	1.599	1,0	1.596	1,0	1.527	1,0	1.525	1,0
Borracha	1.333	0,9	1.337	0,9	1.389	0,9	1.350	0,9
Couros, peles e produtos similares	1.490	1,0	1.466	0,9	1.444	0,9	1.443	0,9
Química	3.108	2,0	3.255	2,1	3.340	2,1	3.322	2,1
Produtos farmacêuticos e veterinários	648	0,4	670	0,4	664	0,4	660	0,4
Perfumaria, sabões e velas	784	0,5	776	0,5	799	0,5	803	0,5
Produtos de matérias plásticas	3.313	2,2	3.316	2,1	3.309	2,1	3.317	2,1
Têxtil	5.258	3,4	5.251	3,4	6.169	3,2	5.052	3,2
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	15.101	9,9	15.704	10,0	16.720	10,6	17.480	11,2
Produtos alimentares	16.649	10,9	17.143	11,0	17.473	11,1	17.968	11,5
Bebidas	1.956	1,3	2.000	1,3	2.017	1,3	2.024	1,3
Fumo	198	0,1	195	0,1	205	0,1	221	0,1
Editorial e gráfica	7.269	4,8	7.276	4,6	7.441	4,7	7.512	4,8
Diversos	5.834	3,8	5.935	3,8	6.088	3,8	6.258	4,0
Utilidade pública	1.759	1,1	2.225	1,4	2.645	1,7	2.981	1,9
Construção	17.643	11,5	18.573	11,9	19.155	12,1	18.724	12,0
Total	152.949	100,0	156.471	100,0	157.893	100,0	156.656	100,0

Fonte: RAIS.

TABELA 4

EMPREGO POR FAIXA ETÁRIA - INDÚSTRIA - BRASIL - 1980/1983

Faixa Etária (em anos)	1980		1981		1982		1983	
	Emprego	%	Emprego	%	Emprego	%	Emprego	%
10/18	611.432	9,9	498.110	8,5	465.818	7,9	374.665	7,1
19/30	3.054.489	49,2	2.825.569	48,3	2.823.158	48,0	2.500.534	47,2
31/40	1.430.767	23,0	1.430.869	24,4	1.489.767	25,3	1.414.057	26,7
41/50	748.240	12,1	740.450	12,6	749.343	12,7	690.453	13,0
Mais de 50	360.883	5,8	360.842	6,2	357.898	6,1	317.895	6,0
Não declarada	59.549	-	51.528	-	54.031	-	32.992	-
Total	6.265.360	100,0	5.907.368	100,0	5.940.015	100,0	5.330.596	100,0

Fonte: RAIS.

TABELA 5

EMPREGO POR GRAU DE INSTRUÇÃO - INDÚSTRIA - BRASIL - 1980/1983

Grau de Instrução	1980		1981		1982		1983	
	Emprego	%	Emprego	%	Emprego	%	Emprego	%
Analfabeto	326.703	5,2	308.220	5,3	292.704	5,0	235.793	4,5
Primário Incompleto	1.541.267	4,8	1.392.678	23,8	1.332.348	22,6	1.113.654	21,1
Primário Completo	2.074.041	3,3	1.889.773	32,2	1.849.514	31,6	1.641.262	31,0
Ginasial Incompleto	858.841	3,8	829.622	14,1	883.002	15,0	827.458	15,6
Ginasial Completo	492.956	7,9	484.131	8,3	525.519	8,9	499.688	9,5
Colegial Incompleto	278.186	4,5	278.570	4,7	287.339	4,9	273.319	5,2
Colegial Completo	344.124	5,5	358.054	6,1	376.137	6,4	376.923	7,1
Superior Incompleto	128.811	2,1	127.693	2,2	126.090	2,2	118.190	2,2
Superior Completo	180.957	2,9	192.787	3,3	202.328	3,4	201.020	3,8
Não declarado	39.474	-	45.840	-	55.034	-	43.289	-
Total	6.265.360	100,0	5.907.368	100,0	5.940.015	100,0	5.330.596	100,0

Fonte: RAIS.

TABELA 6

TAXAS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO E VÍNCULOS, TEMPO MÉDIO DOS EMPREGADOS E DOS DESLIGADOS -
INDÚSTRIA - BRASIL - 1980/1983

	1980	1981	1982	1983
Taxa de Admissão	0,74	0,64	0,66	0,52
Taxa de Desligamento	0,69	0,70	0,65	0,60
Taxa de Vínculos	1,72	1,67	1,66	1,56
Tempo Médio dos Empregados	1,22	1,38	1,36	1,71
Tempo Médio dos Desligados	3,21	3,44	3,65	3,96

Obs.: Tempo médio em anos.

Fonte: RAIS.

TABELA 7

RESCISÕES E SUAS CAUSAS - INDÚSTRIA - BRASIL - 1980/1983

Causa	1980		1981		1982		1983	
	Rescisões	%	Rescisões	%	Rescisões	%	Rescisões	%
Iniciativa do Empregador (Sem Justa Causa)	2.832.809 (2.477.140)	68,6 (60,0)	3.129.387 (2.786.983)	75,8 (67,5)	2.824.114 (2.433.822)	75,2 (64,8)	2.585.592 (2.337.238)	78,7 (71,1)
Iniciativa do Empregado	1.151.809	27,9	853.914	20,7	679.217	18,0	502.016	15,3
Transferência	37.694	0,9	34.853	0,8	38.467	1,0	43.599	1,4
Aposentadoria	19.687	0,5	18.273	0,4	22.444	0,6	30.757	0,9
Morte	10.981	0,3	10.987	0,3	11.143	0,3	13.693	0,4
Outras	73.967	1,8	83.624	2,0	183.120	4,9	107.764	3,3
Não Declarada	98.326	-	96.805	-	104.186	-	74.950	-
Total	4.225.273	100,0	4.227.843	100,0	3.862.691	100,0	3.360.371	100,0

Fonte: RAIS.

TABELA 8

REMUNERAÇÃO MÉDIA POR RAMO DA INDÚSTRIA - BRASIL - 1980/1983.

(em salários mínimos)

Ramos	1980	1981	1982	1983
Extração e tratamento de minerais	4,5	4,6	4,5	4,4
Produtos minerais não metálicos	2,6	2,8	2,9	2,9
Metalurgia	4,1	4,4	4,6	4,5
Mecânica	4,6	4,9	5,0	4,8
Material elétrico e de comunicação	4,4	4,8	5,0	5,1
Material de transporte	5,0	5,5	5,9	6,1
Madeira	1,8	1,9	1,9	1,9
Mobiliário	2,1	2,2	2,2	2,2
Papel e papelão	3,6	4,0	4,2	4,0
Borracha	3,8	4,1	4,3	4,4
Couros, peles e produtos similares	2,1	2,1	2,2	2,2
Química	6,8	7,1	7,5	7,4
Produtos farmacêuticos e veterinários	5,6	5,7	5,8	6,0
Perfumaria, sabões e velas	3,8	4,1	4,3	4,3
Produtos de matérias plásticas	2,9	3,0	3,2	3,1
Têxtil	2,6	2,8	2,9	2,9
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	1,8	1,9	1,9	1,9
Produtos alimentares	2,4	2,5	2,5	2,6
Bebidas	3,2	3,2	3,3	3,3
Fumo	4,2	4,3	4,4	4,8
Editorial e gráfica	3,6	3,7	3,8	4,0
Diversos	3,1	3,3	3,5	3,3
Utilidade Pública	6,0	6,2	6,4	6,2
Construção	2,9	2,9	3,0	3,0
Total	3,5	3,6	3,8	3,8

Fonte: RAIS.

BIBLIOGRAFIA

- 1 - ALMEIDA, Anna Luiza Ozorio de. Emprego, e distribuição de renda em indústria e serviços de 1950 a 1970. Estudos Econômicos, São Paulo, 5(1):153-81, jan./abr. 1975.
- 2 - _____ . Subcontratação e "emprego disfarçado" na industrialização brasileira. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 9(1):167-84, abr. 1979.
- 3 - ÂNGELO, Cláudio Felisoni de. Absorção de mão-de-obra no setor industrial. Estudos Econômicos, São Paulo, 10(1):71-98, jan./abr. 1980.
- 4 - BACHA, Edmar L. O subemprego, o custo social de mão-de-obra e a estratégia brasileira de crescimento. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 26(1):105-16, jan./mar. 1972.
- 5 - _____ . Hierarquia e remuneração gerencial. In: TINELLI, Arthur e TOLIPAN, Ricardo (orgs.). A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- 6 - BACHA, Edmar L. e MATA, Milton da. Emprego e salários na indústria de transformações.- 1949/1969. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 3(2):303-40, jun. 1973.
- 7 - BACHA, Edmar L., MATA, Milton da e MODENESI, Rui. Encargos trabalhistas e absorção de mão-de-obra. Relatório de Pesquisa, 12. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972.
- 8 - BAER, Werner. Tecnologia, emprego e desenvolvimento: resultados empíricos. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 6(1):207-32, abr. 1976.
- 9 - BALTAR, Paulo E. e SOUZA, Paujo R. Salário mínimo e taxa de salários no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 9(3):629-60, dez. 1979.

- 10 - _____ . Salário mínimo e taxas de salário no Brasil: réplica. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 10(3):1045-58, dez. 1980.
- 11 - BONELLI, Regis. Investimento e emprego face a desequilíbrios externos. In: ARIDA, Persio(org.). Dívida externa, recessão e ajuste estrutural: o Brasil diante da crise. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- 12 - BONELLI, Regis e CUNHA, Paulo. Estrutura de salários industriais no Brasil: um estudo sobre a distribuição de salários médios em 1970. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 8(1):117-68, abr. 1978.
- 13 - BRANCO, Roberto Castello. Crescimento acelerado e o mercado de trabalho: a experiência brasileira. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 33(2):247-86, abr./jun. 1979.
- 14 - CAMARGO, José Márcio. Política salarial, emprego e distribuição de rendas. In: BELLUZO, Luiz Gonzaga M. e MELLO, João Manoel C. de (orgs.). FMI versus Brasil: a armadilha da recessão. s.l., Fôrum Gazeta Mercantil, 1983.
- 15 - _____ . Salário mínimo no Brasil: teoria, política e evidências empíricas. Mimeo. Rio de Janeiro, PUC, 1984.
- 16 - CAMARGO, José Márcio e SERRANO, Franklin. Os dois mercados: homens e mulheres na indústria brasileira. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 37(4):435-48, out./dez. 1983.
- 17 - CARVALHO, José Luís. Uma nota sobre demanda derivada. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 30(4):543-56, out./dez. 1976.
- 18 - CONSIDERA, Cláudio M. Estrutura e evolução dos lucros e dos salários na indústria de transformação. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 10(1):71-123, abr. 1980.
- 19 - CUNHA, Paulo Veira da. A organização dos mercados de trabalho: três conceitos alternativos. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, 19(1):29-46, jan./mar. 1979.

- 20 - _____ . Multiplicadores de emprego para a indústria brasileira em 1970: avaliação do seu potencial na formulação de política econômica. Texto para Discussão Interna, 40. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1981.
- 21 - _____ . Minimum wage policy with compulsory collective contracts: an empirical investigation of the wage formation process for unskilled workers in Brazilian industry. Mimeo. Washington, D.C., World Bank, 1983.
- 22 - CUNHA, Paulo Vieira da e SOUZA, Paulo R. Política salarial e evolução da estrutura de salários no Brasil. Pensamiento Iberoamericano. Madrid, (2):245-52, jul./dez. 1982.
- 23 - DOERINGER, Peter e PIORE, Michael. Internal labor markets and manpower analysis. Lexington, Lexington Books, 1971.
- 24 - DROBNY, Andrés e WELLS, John. A distribuição de renda e o salário mínimo no Brasil: uma revisão da literatura existente. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 12(3):893-914, dez. 1982.
- 25 - ERBER, Fábio S. Escolha de tecnologias, preços dos fatores de produção e dependência: uma contribuição ao debate. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 2(1):105-16, jun. 1972.
- 26 - GOODMAN, David e OLIVEIRA, Daniel. Desemprego urbano no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 7(3):551-80, dez. 1977.
- 27 - HARCOURT, Geoffrey. Some Cambridge controversies in the theory of capital. London, Cambridge Univ. Press, 1974.
- 28 - LAGO, Luís A. Correa do. Emprego no Brasil: uma nota sobre alguns problemas de curto e longo prazos. In: BELLUZO, Luís Gonzaga de M. e MELLO, João Manoel C. de (orgs.). FMI versus Brasil: a armadilha da recessão. s.l., Fórum Gazeta Mercantil, 1983(a).

- 29 - _____ . Emprego, crescimento populacional e educação. In: BELLUZO, Luís Gonzaga de M. e MELLO, João Manoel C. de (orgs.). FMI versus Brasil: a armadilha da recessão. s.l., Fórum Gazeta Mercantil, 1983(b).
- 30 - LANGONI, Carlos G. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973.
- 31 - LIMA, Ricardo. Mercado de trabalho: capital humano e teoria da segmentação. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 10(1):217-72, abr. 1980.
- 32 - MACEDO, Roberto B.M. Uma crítica às estimativas da elasticidade de substituição obtidas para a indústria de transformação. Estudos Econômicos, São Paulo, 5(3):141-64, set./dez. 1975.
- 33 - _____ . Uma interpretação alternativa da correlação entre emprego e salário nos estudos de demanda de mão-de-obra. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 6(1):241-66, abr. 1976.
- 34 - _____ . Distribuição funcional na indústria de transformação: aspectos da participação do trabalho no curto prazo. Estudos Econômicos, São Paulo, 8(2):9-63, maio/ago. 1978.
- 35 - _____ . Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil. Estudos Econômicos, São Paulo, 11(1):43-56, jan./mar. 1981.
- 36 - _____ . A dimensão social da crise. In: BELLUZO, Luís Gonzaga de M. e MELLO, João Manoel C. de. (orgs.). FMI versus Brasil: a armadilha da recessão. s.l., Fórum Gazeta Mercantil, 1983.
- 37 - MACEDO, Roberto B.M. e GARCIA, Manuel. Salário mínimo e taxa de salários no Brasil: comentário. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 10(3):1013-44, dez. 1980.

- 38 - MATA, Milton da. Custo social da mão-de-obra: Centro-Sul e Nordeste do Brasil. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 27(4):85-128, out./dez. 1973.
- 39 - _____ . Crescimento industrial e absorção de mão-de-obra. In: SUZIGAN, Wilson (ed.). Indústria: política, instituições e desenvolvimento. Série Monográfica, 28. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1978.
- 40 - MELLO, João Manoel C. de. O capitalismo tardio. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- 41 - MILLER, Patrício. Enfoques sobre a demanda de trabalho: relevância para a América Latina. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 33(2), 1979.
- 42 - MORLEY, Samuel. Mudanças no emprego e na distribuição de renda durante o "milagre brasileiro". Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 8(2):331-66, ago. 1978.
- 43 - MORLEY, Samuel e WILLIAMSON, John. Demand, distribution and employment: the case of Brazil. Economic Development and Cultural Change, Chicago, 23(1):33-60, out. 1974.
- 44 - MORLEY, Samuel, BARBOSA, Milton e SOUZA, Maria Cristina. Evidências do mercado interno de trabalho durante um processo rápido de crescimento econômico. Estudos Econômicos, São Paulo, 7(3):61-102, set./dez. 1977.
- 45 - PRADO, Eleutério. Emprego e setor público no Brasil. Estudos Econômicos, São Paulo, 12(2):5-14, ago./nov. 1982.
- 46 - PRADO, Eleutério e KADOTA, Décio. Multiplicadores de emprego no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 12(1):207-30, abr. 1982.
- 47 - ROBINSON, Joan V. Contribuições à economia moderna. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

- 48 - SABOIA, João. A controvérsia sobre o salário mínimo; novas evidências. Revista de Economia Política, São Paulo, 5(2):39-66, abr./jun. 1985.
- 49 - SALM, Cláudio. A retórica sobre o desemprego. In: BELLUZO, Luiz Gonzaga de M. e MELO, João Manoel C. de. (orgs.). FMI versus Brasil: a armadilha da recessão. s.l., Fórum Gazeta Mercantil, 1983.
- 50 - SANTOS, Fredricka Pickford. Crescimento econômico e a demanda derivada por mão-de-obra no Brasil: 1950/1970. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 30(4):475-500, out./dez. 1976.
- 51 - SENNA, José J. Trinta anos de RBE: contribuições na área de recursos humanos e mercado de trabalho. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 31(4):705-26, out./dez. 1977.
- 52 - SERRA, José. A crise econômica e o flagelo do desemprego. Revista de Economia Política, São Paulo, 4(4):5-25, out./dez. 1984.
- 53 - SILVA, Adroaldo e LUQUE, Carlos. Alternativas para a cobrança das contribuições de Previdência e Assistência Social no Brasil: folha de salários ou valor adicionado. Mimeo. São Paulo, FIPE, 1980.
- 54 - SILVA, José C.F. Os salários na indústria brasileira: um estudo sobre diferenciação. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 13(3):763-804, dez. 1983.
- 55 - SIMONSEN, Mário Henrique. A força de trabalho no Brasil. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 28(4), 1974.
- 56 - SOUZA, Alberto de Mello e. Escolha do emprego e dualismo no mercado de trabalho. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 6(1):107-30, abr. 1976.

- 57 - SOUZA, Paulo Renato. A determinação da taxa de salários em economias atrasadas. Estudos Econômicos, São Paulo, 10(2): 103-26, maio/ago. 1980.
- 58 - _____ . Empregos, salários e pobreza. Campinas, Hucitec, 1980.
- 59 - _____ . A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas. Tese de Doutorado. Mimeo. Campinas, UNICAMP, 1981.
- 60 - _____ . Notas sobre a política salarial no Brasil. In: BELLUZO, Luiz Gonzaga M. e MELLO, João Manoel C. de. (orgs.). FMI versus Brasil: a armadilha da recessão. s.l., Fórum Gazeta Mercantil, 1983(a).
- 61 - _____ . Os impasses atuais das políticas do emprego e salário. In: BELLUZO, Luiz Gonzaga M. e COUTINHO, Renata (orgs.). Desenvolvimento capitalista no Brasil. v.2. São Paulo, Brasiliense, 1983.(b).
- 62 - SOUZA, Paulo Renato e TAVARES, Maria da Conceição. Emprego e salários na indústria. Revista de Economia Política, São Paulo, 1(1):3-30, jan./mar. 1981.
- 63 - TINNELLI, Arthur e TOLIPAN, Ricardo (orgs.). A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- 64 - TOLOSA, Hamilton. Dualismo no mercado de trabalho urbano. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 5(1):1-36, jun. 1975.
- 65 - TYLER, William G. O emprego e a expansão da exportação de manufaturados numa economia em desenvolvimento: o caso brasileiro. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 27(4): 3-18, out./dez. 1973.

- 66 - VERSIANI, Flávio. Industrialização e emprego: o problema da reposição de equipamentos. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 2(1):3-54, jun. 1972.
- 67 - WHITAKER, Morris e SCHUH, G. Eduardo. O mercado de trabalho industrial no Brasil e suas implicações para a absorção de mão-de-obra. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 7(2):333-66, ago. 1977.

